Universidade de Brasília

Centro de custo: Câmara de Ensino de Graduação

Para: SAA,

Segue o Projeto Político Pedagógico do Curso de Gestão de Políticas Públicas aprovado na 1386ª Reunião da Câmara de Ensino de Graduação, realizada em 26/02/2019, para implementação e posterior análise do CEPE.

Em 27/02/2019.

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Roberto Theodoro Filho**, **Diretor(a) do Decanato de Ensino e Graduação**, em 19/03/2019, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3546727** e o código CRC **65A683AD**.

Referência: Processo nº 23106.034662/2018-38 SEI nº 3546727

UNIVERSIDADE DE BRASILIA/UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS/FACE
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/GPP

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Comissão de reformulação:
Prof. Dra. Suylan de Almeida Midlej e Silva (presidente da Comissão)
Prof. Dra. Fernanda Natasha Bravo Cruz (representante docente)
Prof. Dr. Franco de Matos (representante docente)
Marcela Barbosa da Silva (representante técnico-administrativa)
Nathalia Uchoa (representante discente)

Brasília-DF
Junho/2018

Sumário

CAPÍTULO I. APRESENTAÇÃO 5
1. Quadro Síntese de Identificação do Curso 5
2. Instrução do Processo 6
CAPÍTULO II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 7
1. Contexto Histórico Acadêmico 7
Da UnB 7
Da Unidade 8
Do Curso 8
Do Processo 9
2. Contexto Educacional 9
3. Justificativa 11
4. Políticas Institucionais 12
Ingresso 12
Permanência acadêmica e assistência estudantil 13
Extensão 14
Iniciação Científica 14
Mobilidade nacional e internacional 15
Inserção no Mercado de Trabalho 15
Cooperação interinstitucional 15
5. Princípios e diretrizes gerais do curso e o PDI 16
6. Objetivos do curso 18
Perfil desejado do egresso 19
Áreas de atuação 20
7. Metodologia e princípios pedagógicos 20
8. Estrutura Curricular 22
9. Conteúdos curriculares 24
10. Articulação teoria e prática 24
Práticas Curriculares 24
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório 25
11. Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão 26
Integração entre ensino, pesquisa e extensão 26
Trabalho de Conclusão do Curso 27
Programas de Iniciação Científica e Pesquisa 28

12. Matriz Curricular / Carga Horária / Crédito 28
Atividades complementares 28
Matriz curricular créditos por atividades 29
Delimitações Curriculares e Carga Horária 29
Novo Fluxograma do Curso 30
Equivalência entre disciplinas novas e antigas 34
Novas Disciplinas 34
13. Ementas e Bibliografias das Disciplinas 35
14. Descrição do processo de Avaliação 60
CAPÍTULO III - CORPO DOCENTE E TUTORIAL 62
1. Organização Acadêmica e Administrativa 63
Estrutura Organizacional 63
Núcleo Docente Estruturante 63
Coordenador/a do curso 63
Participação e representação discente 65
Recursos Humanos 65
2. Integração Interinstitucional 65
3. Apoio ao Discente: dados do curso sobre as políticas de apoio ao discente. 68
Orientação acadêmica 68
Monitoria de graduação 68
Iniciação Científica Programa de Iniciação Científica (PROIC) 68
Extensão Universitária 68
Mobilidade e intercâmbio 69
Assistência Estudantil 69
Apoio psicopedagógico 70
4. Interação e comunicação 70
Tecnologias de Informação e Comunicação 71
5. Corpo Docente 71
6. Professores Colaboradores 73
CAPÍTULO IV - INFRAESTRUTURA 75
1. Infraestrutura física 75
2. Infraestrutura de gestão 76
3. Acervo de Biblioteca 76

ANEXOS 77

ANEXO 1 - REGULAMENTO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 77

ANEXO 2 - REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) PARA O CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 85

ANEXO 3 - REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO PARA O CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 88

ANEXO 4 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA 90

ANEXO 5 - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 92

ANEXO 6 - ANEXO AO REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 95

CAPÍTULO I. APRESENTAÇÃO

1. Quadro Síntese de Identificação do Curso

Denominação	Gestão de Políticas Públicas
Curso/Opção SIGRA	8184/1350
Código EMEC	122212
Grau	Bacharelado
Modalidade	Presencial
Turno	Noturno
Titulação conferida	Bacharel em Gestão de Políticas Públicas
Unidade Acadêmica	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)
Carga Horária	3000
Total de créditos	200
Créditos das disciplinas Obrigatórias	100 créditos – 1.500 h
Créditos de Estágio Obrigatório	8 créditos - 120 h
Créditos de TCC	8 créditos - 120 h
Créditos das disciplinas Optativas/ Módulo Livre	54 créditos – 810 h
Atividades Complementares	30 créditos - 450 h
Formas de ingresso	Vestibular (Sistema Universal e Sistema de Cotas para Negros), Programa de Avaliação Seriada - PAS, Transferência Facultativa, Transferência Obrigatória, Aluno Estrangeiro e Mudança de Curso
Vagas (semestre /ano)	100 anuais

Limite máximo de permanência	16 semestres
Limite mínimo de permanência	8 semestres
Mínimo de Créditos por semestre	12
Máximo de Créditos por semestre	28 créditos
Início de funcionamento	03/08/2009
Situação legal de Reconhecimento	Renovação de Reconhecimento de Curso. Portaria 404 de 22/07/2014.

2. Instrução do Processo

Reformulação realizada a partir da criação das Diretrizes Curriculares de Administração Pública, que regulamentam os cursos do Campo de Públicas (Administração Pública, Gestão Pública, **Gestão de Políticas Públicas**, Gestão Social e Políticas Públicas), com base na Resolução CNE/CES 1/2014.

CAPÍTULO II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1. Contexto Histórico Acadêmico

Da UnB

Concebida junto ao projeto de construção de Brasília, a Universidade de Brasília (UnB) foi instaurada em dezembro de 1961. A Fundação Universidade de Brasília, mantenedora da UnB, é Pessoa Jurídica de Direito Público Federal instituída pela Lei nº 3.998 de 1961, sob o CNPJ 00.038.174/0001-43.

Em sua criação e idealização, foram indispensáveis aos propósitos gerais o antropólogo Darcy Ribeiro. No que tange aos sentidos pedagógicos, protagonizou Anísio Teixeira. Já a proposta arquitetônica da Universidade ficou a cargo de Oscar Niemeyer.

A UnB é conformada por quatro campi: situado na Asa Norte está o campus Darcy Ribeiro, desde a fundação da universidade; o campus Planaltina, o campus Gama e o campus Ceilândia, situados em Regiões Administrativas de mesmo nome, foram instaurados entre 2006 e 2008.

Atualmente, a UnB é uma das principais instituições de ensino superior do Brasil, tendo recebido nota máxima no Índice Geral de Cursos (IGC) do INEP/MEC em 2015, e é destaque entre as melhores universidades da América Latina. A Universidade tem por missão: “Ser uma instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica formando cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social”.

São órgãos deliberativos, normativos e consultivos da UnB o Conselho Universitário (Consuni), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e o Conselho de Administração (CAD). O Conselho Comunitário é órgão consultivo. Por sua vez, a Reitoria é o órgão executivo da Universidade.

A Universidade conta com sete órgãos complementares, quais sejam: a Biblioteca Central, o Centro de Informática, a Editora Universidade de Brasília, a Fazenda Água Limpa, o Hospital Universitário, a Rádio e Televisão Universitária, e o Arquivo Central. Quanto às unidades acadêmicas, são 26 unidades, sendo doze Institutos e 14 Faculdades.

O Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP) da UnB está diretamente vinculado à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE).

Da Unidade

Situada no Campus Darcy Ribeiro e instituída em 2003, a FACE substituiu a antiga Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados da UnB. Em sua instauração, a FACE era composta pelos Departamentos de Ciências Contábeis e Atuariais, Economia e Administração. Em 2009, o curso de Gestão de Políticas Públicas passou a integrar a unidade na qualidade de consórcio e, em 2015, na qualidade de Departamento. Os demais cursos foram instaurados ainda antes da Unidade: em 1963, estabeleceu-se o curso de Economia; 1966, o curso de Administração; em 1977, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

A FACE sedia as secretarias de cursos e departamentos, dois auditórios, além de diversas salas: de professores vinculados à Unidade; de centros-acadêmicos; de empresas juniores; das coordenações e chefias de departamento; de reuniões; de laboratórios de estudos e de informática; de estágio; e de aulas de pós-graduação. As aulas dos cursos de graduação da Unidade acontecem em dois pavilhões próximos, geridos pela Prefeitura do Campus: o Pavilhão Anísio Teixeira e o Pavilhão João Calmon.

O Conselho da FACE é seu órgão deliberativo, e realiza reuniões mensais. A Faculdade também conta com uma Câmara de Extensão e Colegiados de Cursos de Graduação e Pós-Graduação. O órgão executivo da FACE é a sua Direção.

A Faculdade oferece os cursos de graduação de administração (diurno e noturno), contabilidade (diurno e noturno), economia (diurno) e gestão de políticas públicas (noturno). A FACE também conta com grupos de pesquisa consolidados, programas de pós-graduação acadêmicos e profissional, além de iniciativas em extensão universitária.

Do Curso

O curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP) da Universidade de Brasília foi criado em 2009 e teve origem no consórcio formado entre três unidades acadêmicas: Departamentos de Administração e de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE) e Instituto de Ciência Política (IPOL). Esse formato durou até 2013, quando o consórcio foi dissolvido pela vontade comum de seus integrantes e o Curso passou a se vincular diretamente à FACE (ATA 45º CONSELHO DA FACE, 2013). Neste momento, o curso passou a contar com oito professores, e os demais departamentos continuaram a ofertar disciplinas obrigatórias para o GPP na modalidade prestação de serviços. Em 2015, o GPP se transformou em Departamento da FACE (RESOLUÇÃO Nº4 CONSUNI, 2015), agora, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas.

Desde 2016, o Departamento de GPP conta com um corpo docente de 11 professores, sendo 10 do quadro efetivo e 1 em cooperação técnica. Possui uma

sala de secretaria de graduação, uma sala de coordenação para o atendimento de discentes e docentes, uma sala para o estágio supervisionado obrigatório, que é a Residência em Políticas Públicas, e um Centro Acadêmico.

Do Processo

Este processo de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Gestão de Políticas Públicas foi aberto em função da criação das Diretrizes Curriculares de Administração Pública (Resolução CNE/CES 1/2014). Desde então, foram constituídas duas comissões para a reformulação, uma em 2014 e outra em 2018. Algumas mudanças já vêm ocorrendo desde 2014 em função das novas orientações curriculares, a serem formalizadas a partir deste documento.

2. Contexto Educacional

As sociedades em desenvolvimento, como é o caso da brasileira, enfrentam o imenso desafio de promover o desenvolvimento econômico e social sustentável em um ambiente de rápidas e profundas mudanças. Nesse contexto, os governos precisam aperfeiçoar a gestão de políticas públicas para que estas sejam capazes de enfrentar as desigualdades regionais e sociais de forma efetiva. Este desafio impõe às administrações públicas a necessidade de repensar a maneira em que se elaboram as políticas públicas e os instrumentos para executá-las, em um cenário que exige mecanismos inovadores para a entrega e avaliação dos serviços públicos e de relacionamento com a sociedade.

Essa realidade tem levado à necessidade de ampliação da profissionalização da Administração Pública, o que tem provocado a criação de diversos cursos de graduação nesta área, com nomenclaturas distintas, como foi o caso do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, criado em 2009 com o objetivo de formar profissionais para trabalhar em organizações públicas e privadas sem fins lucrativos, tendo como foco o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas.

O fato de a UnB estar sediada na capital do país, onde também estão sediados os poderes executivo, legislativo e judiciário do Brasil e do Distrito Federal, tornou o ambiente propício para a criação do GPP nesta universidade. Também porque o Distrito Federal está rodeado por um significativo número de municípios dos Estados de Goiás e de Minas Gerais, incluídos na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno de Brasília (RIDE/DF), que carecem de profissionais de gestão de políticas públicas para a execução dos seus respectivos serviços públicos.

A RIDE/DF foi criada em 1998 para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal. Consideram-se de interesse da Ride os serviços públicos comuns ao Distrito Federal, aos Estados de Goiás e de Minas Gerais e aos municípios que a integram, relacionados com as áreas de: infraestrutura; geração de empregos e

capacitação profissional; saneamento básico, em especial o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto e o serviço de limpeza pública; uso, parcelamento e ocupação do solo; transportes e sistema viário; proteção ao meioambiente e controle da poluição ambiental; aproveitamento de recursos hídricos e minerais; saúde e assistência social; educação e cultura; produção agropecuária e abastecimento alimentar; habitação popular; combate às causas de pobreza e aos fatores de marginalização; serviços de telecomunicação; turismo; e segurança pública. Além do Distrito Federal, os municípios que formam parte da Ride são: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.

Em função de sua localização no Distrito Federal, existe forte demanda social de que a UnB forme gestores capazes de lidar com as especificidades da administração pública e com a gestão de políticas públicas para atuar em três esferas de Governo (federal, estadual/distrital e municipal) e nos poderes executivo, legislativo e judiciário, além de atuar também em organizações não-governamentais e sem fins lucrativos.

Desde a criação do GPP, o Projeto Pedagógico do Curso buscou lidar com a complexidade do contexto da administração pública e da gestão de políticas públicas apostando na densidade da formação do gestor de políticas públicas. Por essa razão, o primeiro formato do Curso se deu a partir de um consórcio entre três unidades acadêmicas, cuja preocupação era articular conteúdos, principalmente, de Administração, Ciência Política e Economia. Essa articulação entre conteúdos continua premente para o GPP. No entanto, a gestão do Curso nesse formato dentro da UnB se tornou inviável, atravancando o desenvolvimento do Curso, o que levou a sua reestruturação interna, repercutindo no projeto pedagógico, que necessitou também ser reestruturado em função de algumas mudanças no corpo docente e nos componentes curriculares.

O Curso visa atender uma demanda qualificada de formação de profissionais de nível universitário aptos a compreender e a realizar a gestão de políticas públicas em seu sentido amplo de forma analítico-reflexiva. Trata-se de curso com profunda inserção social, capaz de gerar impactos significativos na gestão pública e em organizações não governamentais e demais segmentos sociais que se relacionam com políticas públicas. Por essa razão, a formação de gestores públicos exige um currículo multidisciplinar, capaz de formar profissionais com competências de análise e síntese, de articulação conceitual e de adaptação aos mais diversos contextos regionais e sociais.

Trata-se de um curso noturno de graduação que visa formar bacharéis e profissionais na área de Gestão de Políticas Públicas, na modalidade presencial. A entrada é de 100 estudantes por ano, sendo 50 por semestre. Com base nas regras da UnB, em 2018, os estudantes do GPP ingressaram via Vestibular, Programa de Avaliação Seriada (PAS) e Sistema de Cotas e Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação (MEC) – SiSU/MEC. O ingresso pelo SiSU é realizado por três sistemas de vagas (ampla concorrência ou universal, sistema de cotas para escolas públicas e sistema de cotas para negros/indígenas). As notas obtidas pelo candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) são utilizadas para fins de classificação.

O curso segue os processos seletivos de: Vestibular (25%), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (25%) e Programa de Avaliação Seriada (PAS) (50%). A relação candidato/vaga dos semestres 2/2017 e 1/2018 foi de cinco para um.

O número de alunos matriculados no primeiro semestre de 2018 é 414, sendo todos do curso noturno. O número de formandos até o primeiro semestre de 2018, desde a criação do curso, é de 215 alunos. A taxa de permanência é de 46,05% e de evasão 39,47%.

O perfil do ingressante é de 18 a 24 anos e o do concluinte é de 25 a 29 anos, com tempo de permanência na universidade de 5 a 6 anos. A inserção no mercado de trabalho tem sido em organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que têm interface com o Estado por meio de políticas públicas. Muitos estudantes têm ingressado em programas de pós-graduação, dentro e fora da UnB.

3. Justificativa

As mudanças que o GPP vem passando desde 2013, quando deixou de funcionar como consórcio composto por três unidades acadêmicas da UnB; também a formação da primeira turma neste mesmo ano; e, principalmente, a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, em 2014, levaram à necessidade de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso.

Desde 2010, as novas Diretrizes vinham sendo discutidas, sendo estas diretrizes mais abrangentes que a própria designação do documento. Segundo as DCNs, no seu Art. 1º "Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas" (Resolução CNE/CES,2014).

Com a aprovação das DCNs de Administração Pública, à medida que o GPP foi rediscutindo seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), foi também implementando de forma experimental algumas orientações contidas nas novas Diretrizes do MEC referentes à educação ambiental, direitos humanos e sociais

e questão étnico-racial, além do cumprimento do Decreto Nº 5.626/2005, que trata da inclusão da disciplina de Libras nos currículos dos cursos de Bacharelado. Essas inclusões têm se dado por meio de disciplinas optativas e outras ações pedagógicas, o que orientou o amadurecimento deste novo PPC.

Uma Comissão constituída em 2014 para a reformulação do PPC incidiu nas primeiras mudanças no Curso, voltadas ao aperfeiçoamento do conteúdo e do fluxo de disciplinas, bem como à incorporação das determinações das DCNs. Porém, as transformações do curso, passando de consórcio à departamento, levaram a algumas priorizações de caráter estrutural, tais como: acomodação no novo prédio da FACE, tanto dos professores, da secretaria e da coordenação do Curso, como dos alunos, com locação de sala para seu centro acadêmico e uso interno das instalações do prédio; contratação de novos professores, por meio de concursos e de colaboração técnica com outras universidades; e apreensão das novas disciplinas e dos novos conteúdos.

Essas priorizações levaram à diminuição das discussões sobre o documento do novo PPC. Mas no final de 2017, a Coordenação do Curso conduziu a formação de uma nova Comissão, com composição docente, técnica e discente, para retomar as discussões com vistas à finalização do PPC. Desde então, tal Comissão centrou esforços para aprimoramento do PPC, realizando discussões intercaladas com todos os professores do curso e com a representação estudantil, chegando a este documento

4. Políticas Institucionais

Ingresso

O ingresso no curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB pode ocorrer por meio do Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação (SISU/MEC); do Vestibular; pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS); por editais de Transferência; por Mobilidade Acadêmica. Os três primeiros, principais modos de ingresso à graduação na UnB, estão brevemente detalhados a seguir.

SISU/MEC – O Sistema de Seleção Unificada conta com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) enquanto mecanismo seletivo para o ingresso na graduação em universidades em todo o Brasil. Na Universidade de Brasília, o ENEM seleciona estudantes para o primeiro semestre letivo desde 2014. No SISU, o candidato opta por ser classificado em um dos sistemas de concorrência: Ampla Concorrência (Sistema Universal), Sistema de Cotas para Escolas Públicas (neste, considerando reservas de vagas específicas para candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo, e para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas), e o Sistema de Cotas para Negros.

Vestibular – É o modo de seleção tradicional da instituição, com prova elaborada pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de

Eventos (**Cebraspe**). Desde 2014, o vestibular deixou de ser aplicado duas vezes ao ano, passando a se realizar apenas visando o ingresso de estudantes no segundo semestre. A prova avalia conhecimentos em língua portuguesa, língua estrangeira, geografia, história, artes, filosofia, sociologia, biologia, física, química e matemática, além de exigir redação. A avaliação é aplicada em Brasília (DF), Formosa (GO), Goiânia (GO), Uberlândia (MG) e Valparaíso (GO). O candidato deve indicar o sistema de concorrência em que prefere participar da seleção (considerando as modalidades universal, cotas para negros, ou cotas para escolas públicas, com reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas). A classificação refere-se ao desempenho do candidato tomando em conta as definições do sistema de concorrência, do campus, do curso e do turno escolhidos pelo candidato. Desde 2015, a UnB corresponde ao seu Acordo de Cooperação com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e realiza seleção específica para candidatos que vivem em comunidades indígenas.

PAS – Criado em 1995, o PAS é uma forma de ingresso alternativa ao vestibular tradicional. Trata-se de avaliação processual em três etapas, correspondentes ao final de cada série do Ensino Médio. O edital de seleção é divulgado pelo CEBRASPE e o PAS também considera o Sistema de Cotas para Escolas Públicas, o Sistema Universal e o Sistema de Cotas para Negros. A cada etapa, o PAS aplica prova objetiva, considerando língua estrangeira, artes cênicas, artes visuais, biologia, filosofia, física, geografia, história, língua portuguesa, literaturas de língua portuguesa, matemática, música, química e sociologia, além de uma prova de redação.

Permanência acadêmica e assistência estudantil

Os estudantes da UnB em situação de vulnerabilidade socioeconômica podem contar com uma Política de Assistência Estudantil, que visa a permanência acadêmica e a formação com qualidade. Essas ações visam minimizar as desigualdades sociais, contribuir para a permanência, evitar a retenção e promover a diplomação, e são regidas pelo Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), em sua Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS). São viabilizados os seguintes programas:

Alimentação gratuita no Restaurante Universitário (RU), considerando as três refeições, em todos os *campi* da Universidade, para os estudantes classificados como Participantes dos Programas de Assistência Estudantil (PPAES);

Acesso a moradia estudantil*,* para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos presenciais de graduação, prioritariamente aqueles cujas famílias residam fora do DF e não possuam imóveis no DF e excepcionalmente aos estudantes residentes no DF provenientes de regiões com acesso comprovadamente difícil ao seu *campus* de origem. Disponibilizado nas modalidades residência na Casa do Estudante Universitário (CEU/UnB), com 360 vagas para estudantes que participam do Programa de Acesso a Moradia Estudantil, ou concessão mensal de auxílio

financeiro;

Programa Auxílio-creche, que atende demanda dos estudantes PPAES que possuem filhos, tem a finalidade de custear parcialmente as despesas com creche para filhos com até 4 anos de idade;

Programa Auxílio Socioeconômico, *(PASeUnB)*, consiste em auxílio mensal no valor de R$465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais). É acessado mediante candidatura em Edital próprio da DDS;

Programa Auxílio Emergencial, destinado aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica inesperada e momentânea e que, prioritariamente, não estejam inseridos em Programas de Assistência Estudantil da Universidade;

Programa Bolsa Permanência do MEC*,* destinado a estudantes indígenas e quilombolas;

Vale-livro*,* em parceria com a Editora UnB, disponibiliza aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica 05 (cinco) vales por semestre com percentual de desconto de 60%; e

Acesso à Língua Estrangeira*,* em parceria com o Programa de Extensão UnB Idiomas, disponibiliza aos estudantes PPAES, em cada semestre letivo, uma vaga por turma nos cursos de línguas oferecidos pela escola, com isenção de mensalidade, por meio de inscrição no Programa de Extensão UnB Idiomas.

Extensão

Com o propósito de melhorar a realidade social agindo concretamente na comunidade, a extensão é um dos pilares da UnB. As ações extensionistas praticam a aprendizagem, visando a promoção da integração e a compreensão das necessidades locais, regionais e nacionais. Na UnB, a extensão universitária é promovida pelas unidades acadêmicas com apoio e gestão do Decanato de Extensão (DEX).

São tipos de ações possíveis: os *cursos* de extensão, voltados à formação e capacitação, que podem ser ministrados de modo presencial ou à distância; os *eventos* de extensão, atividades de curta duração, como palestras ou congressos, que contribuem à disseminação de conhecimento; os projetos de extensão de ação contínua, que desenvolvem integração social e com instituições de ensino, podendo atribuir bolsas de extensão aos estudantes de graduação; e os *programas especiais*, com duração determinada.

Iniciação Científica

A iniciação científica tem por propósito despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de pesquisa, estimulando-os para a pós-graduação.

Para tanto, são incentivados os docentes para que mobilizem estudantes de graduação para a participação em atividades de iniciação científica e tecnológica, integrando-os em grupos de pesquisa, com vistas a alavancar a produção científica e bibliográfica, também conforme as diretrizes estabelecidas pela UnB. O Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília é coordenado pela Diretoria de Iniciação Científica do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação.

Mobilidade nacional e internacional

A Mobilidade Estudantil Nacional refere-se à reciprocidade entre Instituições Federais de Ensino Superior no que se refere à mobilidade de discentes de graduação. É acessível aos discentes que tenham concluído pelo menos 20% da carga horária de integralização do curso de origem, e que tenham, no máximo, duas reprovações acumuladas nos dois períodos que antecedem o pedido de mobilidade. Mediante o registro em outra IFES, os discentes devem obedecer às normas da instituição que o receber.

É possível realizar o intercâmbio discente de graduação, de caráter internacional, com apoio da Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) da Universidade de Brasília. A INT seleciona e orienta alunos da UnB para participar de programas de intercâmbio; articula e formaliza acordos de cooperação internacional; executa políticas de intercâmbio internacional do governo federal; bem como recebe e acompanha alunos estrangeiros na UnB.

Inserção no Mercado de Trabalho

O graduado em Gestão de Políticas Públicas pode atuar em instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, de caráter local, nacional ou internacional, além de organismos multilaterais. O egresso de GPP terá competências e habilidades para trabalhar como especialista, técnico, assessor ou diretor do poder executivo, ou mesmo em cargos técnico-administrativos nos poderes legislativo ou judiciário – oportunidades acessíveis mediante concurso público ou indicação para cargos de livre provimento. O graduado poderá, ainda, seguir carreira política e aplicar seus conhecimentos sobre gestão de políticas públicas no âmbito dos processos de tomada de decisão.

Em empresas privadas, o bacharel em GPP é capaz de atuar no âmbito das relações governamentais e institucionais, da responsabilidade socioambiental ou da prestação de consultoria para desenvolvimento de serviços que tenham interface com o setor público. São opções, ainda, atuação em institutos, fundações empresariais e entidades paraestatais, como aquelas do Sistema S (SESC, SESI, Senai). No setor público não-governamental, o gestor de políticas públicas pode realizar trabalho de analista, consultor ou gestor de projetos.

Cooperação interinstitucional

A Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional (DDIR) expressa a vontade política e o empenho da UnB em atuar no desenvolvimento e integração

regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável em prol de comunidades do DF, da RIDE e Região Centro-Oeste, pela articulação de redes colaborativas por meio de pólos e núcleos. Para tanto, visa estimular e apoiar ações de extensão dos quatro *campi* da UnB, intervindo com articulações diretas com instituições de fomento públicas e privadas, para a consolidação de convênios e termos de cooperação, bem como na promoção de editais de fomento como Proext e Mais Cultura para as Universidades, e outros.

A cooperação interinstitucional do GPP é viabilizada mediante iniciativa de professores e estudantes em seus processos de pesquisa, tendo sido operacionalizada de modo mais perene nos processos de imersão acadêmica em pesquisa dos estudantes em fase de Estágio Supervisionado Obrigatório. Tal iniciativa é denominada Residência em Políticas Públicas – RPP, e vem sendo desenvolvida desde 2012. A RPP intensifica a integração entre teoria e prática por meio de uma pesquisa avaliativa em dado contexto organizacional, que vem sendo realizada em âmbito nacional (em Ministérios e Secretarias da Presidência da República), nas secretarias do governo do Distrito Federal, e em organizações não-governamentais. Cada estudante que realiza a residência formaliza seu processo de imersão acadêmica em pesquisa por meio de Ofício do GPP à organização escolhida para investigação. Mediante a resposta de coordenador ou diretor de área, o estudante realiza aplicação prática dos conhecimentos teórico-metodológicos acessados na Universidade, viabilizando sua investigação por meio de um Relatório de Residência em Políticas Públicas.

5. Princípios e diretrizes gerais do curso e o PDI

No propósito de formação acadêmica de futuros gestores de políticas públicas, o GPP partilha das orientações gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional da UnB, que envolve a consolidação de princípios éticos e humanistas na formação acadêmica, bem como filosóficos e técnico- metodológicos; o desenvolvimento de programas e projetos para integração social e acadêmica; a articulação da prática da formação em contexto social e comunitário; o estímulo a ações de formação que promovam a valorização e o respeito à diversidade; e o estimulo a ações de formação que desenvolvam a consciência e o comportamento ecológicos. Tais elementos são chaves dos diálogos, reflexões e desenvolvimento de competências e habilidades promovidos pelo Curso, pautado pelo rigor na produção de conhecimento e pela orientação valorativa mais abrangente da construção societária justa e solidária.

São também princípios orientadores a inserção regional, a indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão, a flexibilidade e o compromisso público com a missão da universidade. Ademais, ao prezar pela inserção regional como princípio, o GPP enfatiza a formação de agentes para a transformação do governo e da administração pública no âmbito federal e da RIDE/DF.

O GPP também assume o compromisso com a inovação pedagógica e o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem; a promoção da autonomia

da aprendizagem dos estudantes; a profissionalização e o fortalecimento identitário dos professores; a aplicação de metodologias apoiadas em tecnologias de informação e comunicação e na aprendizagem colaborativa. Tudo isso visando a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Uma característica importante do Curso é o incentivo à interdisciplinaridade. A produção de nexos interdisciplinares pode ser vista nas ementas e programas de ensino que desenvolvem processos reflexivos concernentes a abordagens teórico-metodológicas oriundas das áreas de conhecimento de sociologia, economia, administração, ciência política e direito, convergentes com a densidade da formação em gestão de políticas públicas.

Ao mesmo tempo, a formação de pessoal qualificado a atuar no campo de gestão de políticas públicas, pela própria natureza da área, demanda uma abordagem interdisciplinar. Os conteúdos de relevância para atuar e compreender a gestão de políticas públicas abrangem um leque amplo de disciplinas nas ciências sociais, ciências sociais aplicadas, humanidades e, no caso de políticas setoriais, de ciências exatas e da vida. Portanto, o currículo a ser oferecido inclui uma grande seleção de disciplinas ofertadas não somente pelo Departamento de Gestão de Políticas Públicas, mas também por outras unidades acadêmicas da UnB capazes de atender a tais demandas.

O caráter interdisciplinar do Curso visa a incentivar a utilização efetiva do diálogo que transcende as fronteiras acadêmicas tradicionais. Acredita-se na interconectividade de conhecimentos, sem rejeitar as divisões acadêmicas quando estas organizam e facilitam a compreensão de conhecimentos específicos. O Curso valoriza essa característica na formação oferecida aos alunos de graduação para que possam refletir, ao longo do seu desenvolvimento, sobre a gestão de políticas públicas a partir de diferentes métodos e abordagens teóricas e epistemológicas dos diversos campos de conhecimento.

No GPP, a internacionalização ocorre seguindo as diretrizes da UnB, e os estudantes contam com total apoio da coordenação e dos professores do curso no que se refere às mobilidades internacionais, nacionais e locais. Há incentivo à ampliação da formação e da certificação em línguas estrangeiras e aos convênios internacionais de cooperação técnico-científica, bem como à participação em eventos internacionais.

A flexibilidade da estrutura curricular fica demonstrada no fluxo do curso, com disciplinas optativas ofertadas tanto pelo GPP como por outros cursos da UnB. Tem havido interseção entre estudantes e colegiado do curso na inclusão de disciplinas optativas periodicamente, com discussão de critérios que contemplem os interesses do curso e suas mudanças em função das DCNs de Administração Pública.

São, portanto, diretrizes gerais do Curso de Gestão de Políticas Públicas:

- Compromisso com o aprimoramento e a inovação no processo de ensino-aprendizagem, estimulando a autonomia do corpo discente e o aperfeiçoamento constante do corpo docente;

- Criação de espaços colaborativos de aprendizagem, com aplicação de dinâmicas presenciais e virtuais, apoio de tecnologias de informação e comunicação e construção de capacidades interpretativas de problemas públicos complexos.

São princípios do Curso de Gestão de Políticas Públicas:

- Formação de gestores de políticas públicas capazes de incidir em seu contexto social e comunitário, pautados por sentidos éticos e de reconhecimento e valorização da diversidade, respeito aos direitos humanos e responsabilidade socioambiental;
- Integração entre ensino, pesquisa e extensão na promoção da aprendizagem, com ênfase na produção e aplicação de conhecimentos relevantes para o desenvolvimento e a efetividade da gestão de políticas públicas;
- Compromisso com a utilização de métodos, teorias e técnicas visando formação significativa para a gestão de políticas públicas, por meio de currículo interdisciplinar e flexível.

6. Objetivos do curso

Nesta seção serão vistos os objetivos do curso, o perfil desejado do egresso, incluindo suas competências e habilidades, e as áreas de atuação profissional. Mostra, assim, de forma sintética, as condições objetivas de oferta e a vocação do curso, conforme previstas no Inciso II, do §1º, art 6º das DCNs de Administração Pública.

Geral:

Formar profissionais de nível universitário com competência para atuar na gestão de políticas públicas em organizações governamentais e não- governamentais.

Específicos:

- Proporcionar a formação multidisciplinar e histórica da administração pública e da gestão das políticas públicas no Brasil.
- Promover integração entre a teoria e a prática da gestão de políticas públicas e da ação estatal.
- Promover reflexões e debates sobre a gestão de políticas públicas que considerem as dimensões republicana e democrática do Estado brasileiro.
- Fomentar a pesquisa, a extensão e a integração da graduação com a pós-graduação.

- Criar contextos de aprendizagem que permitam o desenvolvimento de competências e habilidades para desenho e uso de instrumentos de políticas públicas.

Perfil desejado do egresso

O Curso almeja que seu formando tenha conhecimentos interdisciplinares do campo de saber da gestão de políticas públicas. Visa ainda que seja capaz de desempenhar funções estratégicas na administração pública, nas organizações sem fins lucrativos e na iniciativa privada, utilizando conceitos de distintas áreas do conhecimento e com diferentes metodologias. Também objetiva que o formando esteja apto a compreender a gestão de políticas públicas, em uma perspectiva analítico-reflexiva, participando do processo decisório de políticas públicas e do debate sobre o Campo de Públicas, sobretudo no que se refere à relação Estado e sociedade.

O Curso procura possibilitar a formação profissional que propicie o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

Competências

- Compreensão das relações Estado-Governo-sociedade, a partir do conhecimento das teorias e práticas da gestão de políticas públicas, com destaque para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e para o processo decisório no âmbito público;

- Compreensão da diversidade social e cultural que afeta a gestão de políticas públicas, considerando os diferentes contextos regionais, nacionais e internacionais;

- Compreensão do contexto político, econômico e ideológico em que se insere a política pública, de forma a possibilitar a tomada de posições que considere adequadas;

- Conhecimento dos processos políticos e administrativos e sua gestão no âmbito regional, nacional e internacional;

- Raciocínio lógico, analítico e reflexivo sobre os problemas e situações a serem enfrentados no contexto social, político e administrativo, e de como lidar com eles de maneira ética;

- Avaliação de contextos social, político e econômico, desenvolvendo pensamento crítico e estratégico para a resolução de problemas.

Habilidades

- Ter expressão, comunicação e diálogo adequados aos diferentes contextos organizacionais, sociais e políticos, compatíveis com o exercício profissional em que atuará, especialmente nas comunicações interpessoais, intergrupais e interinstitucionais, na troca de informações e ideias com seus pares, superiores e subordinados, e nos processos de negociação;

- Reconhecer e analisar diferentes problemas públicos e suas implicações no processo de políticas públicas;

- Apresentar soluções para problemas relacionados à gestão de políticas públicas;

- Estar preparado para participar do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, planos e projetos públicos, para executar políticas públicas e realizar avaliações, análises e reflexões críticas sobre a gestão de políticas públicas.

Áreas de atuação

Quanto às áreas de atuação profissional, os egressos do curso de Gestão de Políticas Públicas poderão encontrar variadas oportunidades de trabalho tanto no setor público quanto em organizações sem fins lucrativos e no setor privado. Podem trabalhar nos três poderes (executivo, legislativo, judiciário); nas três esferas (federal, estadual/distrital e municipal); em instâncias intermediárias da federação (regiões metropolitanas, regiões socioterritoriais, associações de municípios); em movimentos sociais; associações de classe e sindicatos; partidos políticos; organismos multilaterais; e Instituições de Ensino Superior e Pesquisa.

Podem atuar como: gestores em órgãos governamentais, empresas estatais, agências de regulação, organizações sem fins lucrativos, organismos internacionais, intergovernamentais e empresas privadas em setores que estabelecem relações com o governo ou executam ações de parceria público-privada e de responsabilidade corporativo social; assessores de conselhos setoriais em distintos níveis de governo, de comissões legislativas, associações, sindicatos e partidos políticos; analistas de políticas públicas em órgãos governamentais ou em organizações sem fins lucrativos; consultores em gestão de políticas públicas em todas essas organizações; docentes e pesquisadores em Instituições de Ensino Superior e Institutos de pesquisa.

7. Metodologia e princípios pedagógicos

As metodologias de ensino e de aprendizagem do Curso de Gestão de Políticas Públicas estão fundamentadas nos princípios do dialogismo, da participação e

da co-responsabilização entre docentes e discentes, tendo como horizonte a construção de capacidades de compreensão da complexidade da realidade em nível nacional e internacional, bem como as especificidades locais e regionais.

Ao longo do curso são abordadas diversas metodologias e técnicas de ensino e de aprendizagem. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) serão meio para incentivar e fortalecer a aprendizagem. Nesse quesito, a plataforma virtual Aprender UnB será utilizada para que estudantes possam experimentar modalidades *online* de ensino e de aprendizagem, bem como aprender a potencializar o tempo de estudo por meio de pesquisas e interações virtuais, com grupos diferenciados.

O modelo didático-pedagógico do Curso preconiza a adoção de múltiplas abordagens de atividades de ensino e de aprendizagem, com ênfase para reflexão crítica e aprofundada de situações reais, baseadas em estudos de casos, trabalhos de campo, pesquisas e atividades de extensão, além das aulas presenciais.

No período formativo, os processos de ensino-aprendizagem do Curso de Gestão de Políticas Públicas culminam no desenvolvimento de pesquisas descritivas e analíticas acompanhadas por professores orientadores, considerando tanto o estágio supervisionado de Residência em Políticas Públicas, que exige confecção de Relatório, como o trabalho de conclusão de curso, de caráter monográfico.

São aspectos do acompanhamento e da avaliação dos projetos de pesquisa dos graduandos em fase final de curso: a problematização do fenômeno estudado, a definição de unidades de análise, a rigorosa discussão teórico-conceitual, e a apresentação dos percursos metodológicos, considerando abordagem e procedimentos a serem adotados na implementação das pesquisas.

Na execução da Residência em Políticas Públicas, realizada, geralmente, no penúltimo semestre formativo, o projeto deriva em relatório que agrega a descrição densa do processo de imersão acadêmica em pesquisa, bem como a possibilidade de propor caminhos para reorientação da ação pública. No caso da viabilização da monografia, realizada no último semestre formativo, o projeto de pesquisa deve conter potencial heurístico para estruturar análise profícua, interpretando e argumentando sobre dados referentes ao problema público, teórico e/ou organizacional enfocado, de modo sustentado pelos conceitos e métodos concernentes à gestão de políticas públicas aprendidos no decorrer do curso. São estimuladas competências dialógicas, reflexivas e crítico-analíticas, ao incentivar processos interacionais entre graduandos e acadêmicos experientes, indicadores, documentos oficiais, a literatura do Campo de Públicas, tecnologias digitais e o universo profissional da gestão pública.

8. Estrutura Curricular

A estrutura curricular do Curso está organizada em conteúdos obrigatórios e optativos. Os conteúdos obrigatórios compreendem disciplinas teóricas e práticas, além do Estágio Supervisionado Obrigatório, na modalidade imersão acadêmica em pesquisa (Residência em Políticas Públicas) e do Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade Monografia. Os conteúdos optativos compreendem as disciplinas optativas, de módulo livre e atividades complementares. As disciplinas obrigatórias são ofertadas por docentes do GPP e de outras unidades acadêmicas.

Com o novo projeto pedagógico, as disciplinas obrigatórias serão ampliadas de modo que os dez professores do Curso, em sua maioria, ministrem, pelo menos, uma disciplina obrigatória por semestre. No currículo antigo, eram ofertadas 25 disciplinas obrigatórias, nove sendo ministradas por professores do GPP; seis por professores do Instituto de Ciência Política; quatro por professores do Departamento de Administração; duas por professores do Departamento de Economia e quatro por outros departamentos. Com o novo currículo, o curso passou a ofertar 27 disciplinas, com 13 a serem ministradas por professores do GPP, sendo uma dela com três turmas, por ser disciplina de serviço. Ao todo, há 16 turmas de disciplinas obrigatórias. O detalhamento dessa mudança pode ser visto no **Quadro 1 – Oferta de disciplinas obrigatórias currículo atual e novo**, na página adiante, e melhor explicitado no texto abaixo da subseção **Novo Fluxograma do Curso** (p.32).

As disciplinas optativas são ofertadas por professores do GPP e por outras unidades acadêmicas da universidade, a escolha dos estudantes. No currículo do curso há um rol de disciplinas optativas que passa periodicamente por revisão do colegiado para atender os interesses do projeto pedagógico do curso conforme demanda também dos estudantes. Para o cumprimento do Decreto Nº 5.626/2005, que trata da inclusão da disciplina de Libras nos currículos dos cursos de Bacharelado, o GPP oferta Libras como disciplina optativa.

A estrutura curricular busca garantir a interdisciplinaridade entre os conteúdos presentes tanto nas disciplinas obrigatórias como nas optativas. Os conteúdos aprendidos durante o curso são articulados mais intensivamente nas experiências do Estágio Supervisionado Obrigatório, na modalidade Residência em Políticas Públicas, e do Trabalho de Conclusão de Curso, sob a forma de monografia.

Para viabilizar as disciplinas são utilizadas metodologias diversas, presenciais e e à distância, esta última quando do uso de tecnologias de informação e comunicação, a exemplo do ambiente virtual de ensino e aprendizagem Moodle, acessado no portal Aprender da UnB, no qual é depositado material didático e são realizados exercícios/atividades de avaliação.

Quadro 1 – Oferta de disciplinas obrigatórias: currículo atual e novo

OBRIGATÓRIAS								
ATUAL					A PROPOR			
per	ofertante	cod	nome		ofertante	cod	nome	per
1	FDD	184039	INTRODUÇÃO AO DIREITO 1		FDD	184039	INTRODUÇÃO AO DIREITO 1	1
	ECO	132012	INTRODUÇÃO À ECONOMIA		ECO	132012	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	
	LIP	147389	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL 1		LIP	147389	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL 1	
	ADM	181013	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO		ADM	181013	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	
	MAT	113018	MATEMATICA 1	<- excluir				
	IPOL	185035	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA		IPOL	185035	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	
				incluir (nova) ->	GPP	a criar (1)	INTRODUÇÃO À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
2	GPP	133230	ECONOMIA P/ POL PÚBLICAS		GPP	133230	ECONOMIA P/ POL PÚBLICAS	2
	HIS	139203	HISTÓRIA SOC E POL DO BRASIL		HIS	139203	HISTÓRIA SOC E POL DO BRASIL	
	IPOL	185850	FUNDAMENTOS DE POL PÚBLICAS		IPOL	185850	FUNDAMENTOS DE POL PÚBLICAS	
	ADM	186384	INTRODUÇÃO T ORGANIZACIONAIS		ADM	186384	INTRODUÇÃO T ORGANIZACIONAIS	
				mover DO per. 2 ->	ECO	132039	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	
3	ECO	132039	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	<- mover P/ per. 2				3
	GPP	200794	FUNDAMENTOS DA ADM PÚBLICA		GPP	200794	FUNDAMENTOS DA ADM PÚBLICA	
	GPP	200808	ORGANIZAÇÃO ADM PÚBLIC FEDERAL		GPP	200816	ECONOMIA POLÍTICAS PÚBLICAS 2	
	GPP	200816	ECONOMIA POLÍTICAS PÚBLICAS 2		IPOL	185051	TEORIA POLÍTICA MODERNA	
	IPOL	185051	TEORIA POLÍTICA MODERNA		IPOL	200824	ESTADO, GOV POLÍTICAS PÚBLICAS	
	IPOL	200824	ESTADO, GOV POLÍTICAS PÚBLICAS					
4	GPP	186091	ADMINISTRAÇÃO SER SET PÚBLICO	<- excluir				4
	ADM	186457	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL		ADM	186457	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	
	GPP	203238	POLÍTICA, FINANC O P PÚBLICAS	alterar nome ->	GPP	203238	POLÍTICA FISCAL E SOCIEDADE	
	GPP	203246	CARGOS NO SERVIÇO PÚBLICO	<- excluir				
				alterar nome ->	GPP	110272	METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA À GPP	
				incluir (nova) ->	GPP	a criar (2)	PROCESSO DECISÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS	
5	IPOL	188638	ÉTICA E POLÍTICA		IPOL	188638	ÉTICA E POLÍTICA	5
	IPOL	188620	MÉT QUANT APL POL PÚBLICAS		IPOL	188620	MÉT QUANT APL POL PÚBLICAS	
				incluir (nova) ->	GPP	a criar (3)	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
				incluir (nova) ->	GPP	a criar (4)	DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
6	ADM	186236	METODOLOGIA CIENTÍFIC APLICADA	<- excluir				6
				alterar nome ->	GPP	110281	PROJETO DE PESQUISA EM GPP	
				incluir (nova) ->	GPP	a criar (5)	AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	
7	GPP	100323	RESIDÊNCIA POLÍTIC PÚBLICAS 1	alterar nome ->	GPP	100323	RESIDÊNCIA POLÍTIC PÚBLICAS	7
8	GPP	100331	RESIDÊNCIA POLÍTIC PÚBLICAS 2	<- excluir				8
				incluir (nova) ->	GPP	a criar (6)	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	

CARGA DE OBRIGATÓRIAS POR DEPTO/UNID OFERTANTE			
Total/Ofertante	25	Total/Ofertante	27
GPP	9	GPP	13
IPOL	6	IPOL	6
ADM	4	ADM	3
ECO	2	ECO	2
Demais	4	Demais	3

9. Conteúdos curriculares

De acordo com o estabelecido na Resolução CNE/CES 1/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado (DOU, 14/01/2014), o Curso deve estar organizado contemplando conteúdos de formação básica e de formação profissional, este último abrangendo Conteúdos Metodológicos e Conteúdos Complementares ou Especializados.

A estruturação do currículo, detalhada em outra seção desse projeto pedagógico, parte da premissa de que os alunos possuem aptidões e interesses distintos e o Curso deve oferecer instrumental diferenciado a partir das disciplinas. Com o conjunto de disciplinas, o currículo permite que o aluno selecione as disciplinas optativas de acordo com suas escolhas e de forma a organizar seu programa de estudos. O aluno dispõe, assim, de flexibilidade na escolha das disciplinas que deseja cursar e na formação específica escolhida.

Como as disciplinas a serem cursadas devem ser selecionadas criteriosamente para a realização de um curso de qualidade, a coordenação e os professores do curso oferecem acompanhamento e orientação, que ajudam o aluno a compreender suas opções com respeito ao leque de disciplinas disponíveis e a fazer um planejamento adequado do seu programa de estudos, levando em consideração seus interesses e o mercado de trabalho em que pretende ingressar.

A preocupação do GPP é de possibilitar uma formação básica e profissional que garanta qualidade educacional para atuar no mercado de trabalho de forma ética e comprometida com os interesses públicos, considerando a sustentabilidade ambiental, os direitos humanos e sociais e a questão étnico-racial. Por isso mesmo, segue também as orientações contidas nas novas Diretrizes do MEC referentes a essas temáticas. Esse conteúdo está presente nas ementas das disciplinas obrigatórias e optativas.

A distribuição da carga horária entre conteúdos e entre disciplinas obrigatórias e optativas obedece às DNCs em Administração Pública. Com isso, a carga total do curso é de 3.000 horas (200 créditos), distribuída conforme a subseção Delimitações Curriculares e Carga Horária (p. 29).

10. Articulação teoria e prática

Práticas Curriculares

Procura-se aliar os conteúdos teóricos oferecidos em sala de aula com experiências de natureza prática, especialmente por meio do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, na forma de Residência em Políticas Públicas, e do Trabalho de Conclusão de Curso, que desenvolvem pesquisas de campo em

organizações diversas. Ambos integram o 'Conteúdo de Formação Profissional' por meio de disciplinas ofertadas no final do curso.

As atividades e os projetos de extensão também são mais uma oportunidade dos discentes vivenciarem a integração teoria-prática, com ações dentro ou fora da Universidade, junto a organizações governamentais, comunitárias e ONGs, que permitirão colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Outras atividades de integração teoria e prática são desenvolvidas a partir das atividades complementares, a exemplo de projetos de iniciação científica sob orientação de membro do corpo docente da UnB e atividades em consultoria júnior, como relatado em seções específicas deste projeto.

A integração entre teoria e prática poderá ocorrer, também, via pesquisa e pós-graduação. Importante ressaltar que os Programas de Pós-Graduação de diversas áreas afins oferecem, além de cursos de doutorado e mestrado acadêmico, vários cursos de mestrado profissional e especializações voltados a pesquisas aplicadas.

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Na visão da UnB, expressa na página do Decanato de Graduação, os objetivos do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório são os seguintes: (i) proporcionar o exercício da competência técnica e o compromisso profissional com a realidade do país; e (ii) propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, a fim de se constituir em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano. Na visão do GPP, o exercício de tal estágio almeja estimular o olhar analítico-reflexivo sobre a gestão de políticas públicas e a relação entre Estado e sociedade, visando a construção de uma realidade mais equânime para a população brasileira.

No Curso GPP, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é considerado matéria obrigatória dos Conteúdos de Formação Profissional, tomando a forma de **imersão acadêmica em pesquisa**, seguindo a Resolução CNE/CES 1/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado (DOU, 14/01/2014), cujo Art. 7º disciplina o estágio supervisionado, sob várias formas, "desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior".

Essa imersão acadêmica em pesquisa, no GPP, é denominada **Residência em Políticas Públicas** (RPP), nome também da disciplina. É realizada em organizações públicas ou privadas sem fins lucrativos ou organismos internacionais, com base no regulamento específico da RPP. Essa Residência objetiva propiciar o exercício analítico-reflexivo sobre a gestão de políticas públicas em seu sentido amplo, unindo teoria e prática, assim

reforçando as habilidades e os desempenhos profissionais desejados pelo perfil do formando. Algumas organizações como ministérios e secretarias de governo no âmbito federal e distrital, bem como organizações da sociedade civil e organismos internacionais, a exemplo do Fundo das Nações Unidas para a Infância, têm recebido os estudantes do curso ao longo dos últimos cinco anos de vigência do estágio.

Em termos de sua organização, contará com a supervisão de membro do corpo docente e técnico do Curso. A carga horária exigida é de 120 horas, equivalente a oito créditos. Ao final, o aluno apresentará um relatório das atividades realizadas, a ser avaliado por banca examinadora, apresentado em seminário e compartilhado com a organização acolhedora, conforme o regulamento da RPP.

Salienta-se que o aluno do curso de GPP poderá, excepcionalmente, cumprir jornada de estágio superior a 30 horas semanais, resguardados os limites e requisitos legalmente estabelecidos, desde que o plano de atividades seja previamente aprovado.

11. Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão

Integração entre ensino, pesquisa e extensão

O Estágio Curricular Supervisionado, por meio da Residência em Políticas Públicas, já relatada neste projeto, é uma das experiências de formação proporcionada pelo Curso que reúne ensino e pesquisa, com características também de extensão, embora não tenha essa formalização. Trata-se de pesquisa avaliativa sobre determinada política pública, a partir de projeto de pesquisa elaborado em sala de aula para vivência prática em organizações públicas ou privadas sem fins lucrativos.

O Curso se caracteriza também pelo compromisso com a formação de pesquisadores, pois é importante oferecer aos alunos de graduação, desde o início de seu curso, a possibilidade de envolvimento em atividades de pesquisa. O Curso tem seu desenvolvimento pautado pelo princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, os alunos do curso encontram, desde o seu início, oportunidades de envolvimento em atividades do gênero desenvolvidas por seus docentes ou por outras unidades.

O desenvolvimento de atividades de pesquisa é entendido como fundamental no curso de Gestão de Políticas Públicas. O Campo de Públicas está em processo de consolidação das suas atividades e de revalorização da formação acadêmica em nível de graduação em gestão de políticas públicas no país. Incentivar e estimular os alunos à realização de pesquisas é um meio de fortalecer o campo com análises aprofundadas de dados e fatos a respeito de temas da área.

Destaca-se o incentivo à participação discente em grupos de pesquisa compostos por alunos dos diversos níveis de formação: graduação, mestrado ou doutorado. Iniciativas autônomas advindas dos alunos são incentivadas pelo

Curso e contam com o apoio de docentes com interesse acadêmico pelos temas relacionados. Considera-se fundamental que a formação do egresso seja pautada por sólida formação teórica e metodológica, o que atenderá ao duplo objetivo de capacitá-lo para intervir nos locais de exercício profissional e para continuar o desenvolvimento de pesquisas na área.

Visando à integração, atividades de extensão são igualmente incentivadas pelo Curso e por professores de acordo com as respectivas áreas de interesse e atuação e são contabilizadas como créditos, em 10% da carga horária, por meio de Atividades Complementares. A dimensão "pública" da gestão de políticas demanda que se amplie o *locus* de análise e de atuação de alunos e professores, incluindo a interação com organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. São incentivados projetos de pesquisa e extensão que articulam responsabilidade social, integração social e acadêmica, visando, por exemplo, o aperfeiçoamento de instrumentos de gestão de políticas públicas, considerando as dimensões da articulação federativa, da intersetorialidade e da participação social. O curso já vem discutindo como tornar a extensão componente curricular visando acompanhar as metas do Plano Nacional de Educação.

Nesta articulação entre ensino, pesquisa e extensão, também são incentivadas organização e participação em encontros, congressos e conferências relevantes voltados ao Campo de Públicas, no qual o GPP tem se inserido de forma protagonista.

Trabalho de Conclusão do Curso

O Curso adota a monografia como modalidade de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), realizada como matéria obrigatória dos Conteúdos de Formação Profissional. São objetivos da monografia: (i) desenvolver o espírito científico e o interesse pela pesquisa acadêmica; (ii) capacitar o aluno para coletar, analisar e discutir dados de pesquisa; (iii) propiciar a iniciação profissional em temática de seu interesse, referente à Gestão de Políticas Públicas; e (iv) estimular a análise que relacione experiências e iniciativas e ações do Campo de Públicas aos conhecimentos teóricos adquiridos, possibilitando maior assimilação das disciplinas curriculares.

A monografia deve ser, necessariamente, orientada por professor do Curso e realizada mediante a produção de projeto de pesquisa. O texto monográfico tem caráter analítico e pode se referir à história de determinada política pública, à análise de um fenômeno ou dinâmica referente à ação pública e seus resultados, à verificação de tendências epistemológicas no Campo de Públicas, ou mesmo à interpretação de dimensão valorativa, organizacional ou tecnopolítica dos processos da gestão de políticas públicas.

A carga horária exigida para a monografia é de 120 horas, equivalente a 8 créditos. Ao final, o aluno apresentará o texto monográfico, a ser avaliado por banca examinadora, composta por até dois docentes, conforme o regulamento do TCC.

Programas de Iniciação Científica e Pesquisa

As ações de articulação entre ensino, pesquisa e extensão também buscam promover o ingresso de seus estudantes em programas de iniciação científica. Esta ação coaduna com as diretrizes da UnB relacionadas à implementação de uma política de pesquisa e formação de perfil de pesquisador nos cursos de graduação, propiciando a articulação da graduação com projetos de pesquisa, com vistas ao qualificado acesso de estudantes a programas de pós-graduação. O GPP participa do Programa de Iniciação Científica da UnB (ProIC), tendo seus docentes orientado pesquisas de iniciação científica em variadas temáticas.

Os professores do GPP são líderes e/ou pesquisadores de relevantes grupos de pesquisa, que consideram temas tais quais os estudos urbanos e regionais, instrumentos e tecnologias de gestão, estudos amazônicos, gestão dos serviços penais, gestão pública e governança, regulação, tecnologias de informação e comunicação e estudos de combate à corrupção na administração pública. Estudantes do GPP também compõem as iniciativas, que aprimoram o processo de ensino-aprendizagem por meio de interações para tecerem pesquisas e consequentes publicações.

12. Matriz Curricular / Carga Horária / Crédito

Atividades complementares

No Curso de Gestão de Políticas Públicas, as atividades complementares são componentes curriculares que propiciam a aquisição de habilidades, conhecimentos e atitudes, seguindo o estabelecido na Resolução CNE/CES 1/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado (DOU, 14/01/2014). Objetivam, de acordo com o Art. 8º, “possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão”.

Neste caso, as atividades complementares incluem: (i) projetos de iniciação científica sob orientação de membro do corpo docente da UnB; (ii) projetos de pesquisa, sob orientação de membro do corpo docente da UnB; (iii) atividades de extensão; (iv) estágio não obrigatório; (v) atividades em consultoria júnior; e (vi) eventos de formação oferecidos pela UnB ou por outras entidades acadêmicas ou profissionais de reconhecidas competência e qualidade.

Para cada uma das atividades complementares ou conjunto de atividades será apresentado relatório acerca do desenvolvimento e da contribuição para a formação da aluna ou aluno. Demais aspectos necessários à implementação do reconhecimento de créditos por atividades complementares serão objeto de regulamento específico estabelecido pelo colegiado do curso.

Matriz curricular créditos por atividades

Seguindo a Resolução CNE/CES 1/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado (DOU, 14/01/2014), foi estabelecida a carga horária do Curso em 3000 horas, a serem integralizadas em um mínimo de oito períodos letivos. Portanto, os alunos do GPP deverão concluir o Curso em um mínimo de oito e em um máximo de 16 períodos letivos. O mínimo de créditos que deve ser integralizado por semestre é 12. Apesar disso, o aluno não corre o risco de ser jubilado, porque, ao longo do período formativo, ele é orientado a cursar em média 16 créditos, conforme descrito no novo fluxograma (p.30), tendo possibilidade de acomodar os 200 créditos com folga, ao final dos 16 semestres, sobretudo contando com as disciplinas obrigatórias de Estágio Supervisionado Obrigatório e TCC, cada uma com 8 créditos. Além das atividades complementares, que somam 30 créditos.

De acordo com o Artigo 72 do Regimento Geral da UnB, “as matérias dos currículos dos cursos regulares são ministradas na forma de disciplinas ofertadas nos períodos letivos previstos no calendário acadêmico, estabelecido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão”. O parágrafo único deste artigo estabelece: “entende-se por disciplina o conjunto de estudos e de atividades correspondentes a um programa de ensino, com um mínimo prefixado de horas”. O Art.75 desse Regimento estabelece que o “controle da integralização curricular é feito pelo sistema de créditos, correspondendo 1 crédito a 15 horas/aula”.

No GPP, são integralizados os seguintes créditos/horas-aula para os componentes curriculares do curso: Conteúdos obrigatórios – 116/1740 horas, incluindo Residência em Políticas Públicas - 8 créditos/120 horas e Trabalho de Conclusão de Curso - 8 créditos/120 horas; Conteúdos optativos – 84 créditos/1260 horas, incluindo Atividades Complementares – até 30 créditos /450 horas, e disciplinas módulo livre – até 24 créditos/360 horas. Observa-se que o conteúdo obrigatório é de 58%, o que atende ao regimento interno da UnB, cuja orientação é que este constitua no máximo 70% dos créditos.

Delimitações Curriculares e Carga Horária

Conteúdos curriculares	Quantidade de créditos	Carga horária	% sobre os totais
Conteúdos obrigatórios	**116**	**1.740**	**58**
Disciplinas teóricas e práticas	100	1.500	50
Estágio Supervisionado Obrigatório (Residência em PP)	8	120	4
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	8	120	4
Conteúdos optativos	**84**	**1.260**	**42**
Disciplinas módulo livre*	24	360	12
Atividades complementares*	30	450	15
Disciplinas optativas**	30	450	15
Totais	***200***	***3.000***	***100***

Observações:

* Os créditos desses dois componentes são os máximos que o estudante pode ter integralizado em cada.

** Os créditos deste componente correspondem ao mínimo a ser integralizado, caso o estudante integralize os máximos permitidos para cada um dos demais componentes optativos. Dessa forma, tais créditos podem chegar a 84.

Novo Fluxograma do Curso

1º SEMESTRE					
PRIORIDADE	**CÓDIGO**	**DISCIPLINA**	**CRÉDITO**	**MODALIDADE**	**IMPORTÂNCIA**
1	ECO - 132012	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	4	OBR	FUNDAMENTAL
2	FDD - 184039	INTRODUÇÃO A DIREITO 1	4	OBR	FUNDAMENTAL
3	ADM -181013	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	4	OBR	FUNDAMENTAL
4	IPOL - 185035	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	4	OBR	FUNDAMENTAL
5	LIP - 147389	PORTUGUES INSTRUMENTAL 1	4	OBR	FUNDAMENTAL
6	GPP – XXXXX (criação)	INTRODUÇÃO À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OBR	FUNDAMENTAL
2º SEMESTRE					
PRIORIDADE	**CÓDIGO**	**DISCIPLINA**	**CRÉDITO**	**MODALIDADE**	**IMPORTÂNCIA**
7	GPP-133230	ECONOMIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS I	4	OBR	FUNDAMENTAL
8	HIS -139203	HISTORIA SOCIAL E POL DO BRASIL	4	OBR	FUNDAMENTAL
9	IPOL - 185850	FUNDAMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OBR	FUNDAMENTAL
10	ADM - 186384	INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS ORGANIZACIONAIS	4	OBR	FUNDAMENTAL
11	ECO - 132039	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	4	OBR	FUNDAMENTAL
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
3º SEMESTRE					
PRIORIDADE	**CÓDIGO**	**DISCIPLINA**	**CRÉDITO**	**MODALIDADE**	**IMPORTÂNCIA**
12	IPOL – 18051	TEORIA POLÍTICA MODERNA	4	OBR	FUNDAMENTAL
13	GPP -200794	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4	OBR	FUNDAMENTAL
14	GPP - 200816	ECONOMIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS II	4	OBR	FUNDAMENTAL
15	IPOL- 200824	ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OBR	FUNDAMENTAL
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
4º SEMESTRE					
PRIORIDADE	**CÓDIGO**	**DISCIPLINA**	**CRÉDITO**	**MODALIDADE**	**IMPORTÂNCIA**
16	ADM – 186457	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	4	OBR	FUNDAMENTAL

17	GPP - 203238	POLÍTICA FISCAL E SOCIEDADE	4	OBR	FUNDAMENTAL
18	GPP – 110272	METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA À GPP	4	OBR	FUNDAMENTAL
19	GPP – XXXXX (criação)	PROCESSO DECISÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OBR	FUNDAMENTAL
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
5º SEMESTRE					
PRIORIDADE	**CÓDIGO**	**DISCIPLINA**	**CRÉDITO**	**MODALIDADE**	**IMPORTÂNCIA**
20	IPOL -188638	ÉTICA E POLÍTICA	4	OBR	FUNDAMENTAL
21	IPOL - 188620	MÉTODOS QUANT. APLIC. ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OBR	FUNDAMENTAL
22	GPP – XXXXX (criação)	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OBR	FUNDAMENTAL
23	GPP – XXXXX (criação)	DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	4	OBR	FUNDAMENTAL
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
6º SEMESTRE					
PRIORIDADE	**CÓDIGO**	**DISCIPLINA**	**CRÉDITO**	**MODALIDADE**	**IMPORTÂNCIA**
24	GPP – 110281	PROJETO DE PESQUISA EM GPP	4	OBR	FUNDAMENTAL
25	GPP – XXXXX (criação)	AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	4	OBR	FUNDAMENTAL
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
7º SEMESTRE					
PRIORIDADE	**CÓDIGO**	**DISCIPLINA**	**CRÉDITO**	**MODALIDADE**	**IMPORTÂNCIA**
26	GPP -100323	**RESIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**	8	OBR	FUNDAMENTAL
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR
8º SEMESTRE					
PRIORIDADE	**CÓDIGO**	**DISCIPLINA**	**CRÉDITO**	**MODALIDADE**	**IMPORTÂNCIA**
27	GPP – XXXXX (criação)	**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**	8	OBR	FUNDAMENTAL
			4	OPT	COMPLEMENTAR
			4	OPT	COMPLEMENTAR

No primeiro período, o aluno deve optar pela disciplina obrigatória Introdução ao Direito 1 (FDD – 184039) ou Instituições de Direito Público e Privado (FDD – 184021). A lista de optativas está no Regulamento do Curso (Anexo 1).

O novo fluxo do curso foi montado visando contemplar os principais conteúdos dispostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública e foi discutido e amadurecido durante muito tempo pelo colegiado do GPP. Diante disso, foi observada a necessidade de criação de novas disciplinas que abordassem com mais precisão o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado à Gestão de Políticas Públicas. A ideia, inicialmente, foi substituir três disciplinas que tinham conteúdos similares e sobrepostos, além de mais voltados para a área de administração, no caso com conteúdo de administração pública, mas dentro de uma visão de *locus* e não com a amplitude que requer a área de gestão de políticas públicas. A referência aqui são as seguintes disciplinas: **Cargos no Serviço Público** (203246); **Administração de Serviços no Setor Público** (186091) e **Organização da Administração Pública Federal** (200808). Essas disciplinas não foram simplesmente excluídas, mas tiveram parte dos seus conteúdos pulverizados em outras novas disciplinas: Introdução à Gestão de Políticas Públicas (Obrigatória); Implementação de Políticas Públicas (Obrigatória) e Gestão e Governança Pública (Optativa). Tanto que estão sendo propostas suas equivalências, conforme a subseção **Equivalência entre disciplinas** (p.34).

A quarta disciplina excluída foi **Metodologia Científica Aplicada** (186236). Na verdade, essa disciplina é ofertada atualmente pelo Departamento de Administração como obrigatória e o GPP já vem ofertando como optativa uma disciplina similar, que é Métodos e Técnicas de Pesquisa aplicados à Gestão de Políticas Públicas, uma vez que foi percebida a necessidade de direcionamento dos pressupostos de pesquisa científica mais aplicados à gestão de políticas públicas. Com esta reformulação está sendo proposta mudança de nome e de modalidade para esta disciplina, passando a ser denominada Metodologia de Pesquisa Aplicada à Gestão de Políticas Públicas e a ser ofertada como obrigatória.

A quinta disciplina que deixou de ser obrigatória no GPP foi **Matemática 1**, agora transformada em optativa no curso, por ser importante, de forma geral, para o desenvolvimento do raciocínio lógico do estudante. Porém, a proposta de tirar a obrigatoriedade da disciplina se deu em função da presença de outra disciplina obrigatória para o GPP que contempla elementos matemático-estatísticos mais aplicados à gestão de políticas públicas, que é a disciplina Métodos quantitativos aplicados às políticas públicas (188620), ofertada pelo Instituto de Ciência Política (IPOL). Sua ementa prevê “introduzir os alunos aos fundamentos da econometria como ferramenta para análise de políticas públicas”, com revisão dos conceitos básicos de estatística e probabilidade, bem como utilização de econometria e análise de regressão.

A criação das novas disciplinas obrigatórias e optativas, conforme dispostas na subseção **Disciplinas do Novo Currículo** (p.34), visa atender às exigências das DCNs de Administração Pública, principalmente a disciplina Trabalho de

Conclusão de Curso (TCC), já ofertada no GPP como optativa na modalidade monografia, mas funcionando dentro da disciplina Residência em Políticas Públicas 1, como uma segunda turma. Com a reformulação do PPC, o TCC está sendo criado como outra disciplina obrigatória, uma vez que passa a ser considerada assim no documento das diretrizes. Como pré-requisito a esta disciplina, tem sido ofertada a disciplina optativa Projeto de Trabalho de Curso (PTC), que agora passa por mudança de nome e de modalidade, sendo denominada Projeto de Pesquisa em GPP e ofertada como obrigatória. O objetivo da disciplina é preparar os estudantes para a elaboração do projeto de pesquisa, tendo uma função preparatória também para a Residência em Políticas Públicas (Estágio Supervisionado Obrigatório), que assume a modalidade Imersão acadêmica em pesquisa, prevista nas DCNs. As outras disciplinas obrigatórias criadas: Avaliação de Programas Governamentais, Democracia e Políticas Públicas, Implementação de Políticas Públicas, Introdução à Gestão de Políticas Públicas e Processo Decisório e Políticas Públicas possuem conteúdos direcionados, sobretudo, ao atendimento do Art. 4º Item IV das DCNs, em que orienta que o egresso dos cursos desse Campo deve "estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública".

A disciplina obrigatória Residência em Políticas Públicas 1 passou a ser denominada Residência em Políticas Públicas, aumentando os créditos de 4 para 8, uma vez que a disciplina optativa Residência em Políticas Públicas 2 era ofertada concomitantemente com a Residência em Políticas Públicas 1 para obtenção dos créditos, já que por se tratar de estágio supervisionado obrigatório tem carga horária além da sala de aula, para coleta de dados e elaboração de relatório de pesquisa. Com a mudança de nome, a Residência em Políticas Públicas 2 deixa de existir.

Outra mudança ocorrida foi a alteração do nome de uma das disciplinas obrigatórias. A disciplina hoje denominada "Política, Financiamento e Orçamento das Políticas Públicas" passa a denominar-se "Política fiscal e sociedade", com vistas a adequar a nomenclatura ao conteúdo já ministrado, que focaliza justamente os impactos sociais da política fiscal. Acrescenta-se que o curso já tem no rol dos componentes curriculares disciplina optativa denominada "Orçamento público", sendo esta, sim, componente direcionado à questão orçamentária em termos mais estritos.

Ressalta-se que os alunos que ainda não cursaram as novas disciplinas a serem criadas no GPP e fazem parte do currículo antigo, poderão fazer equivalência destas com as quatro novas disciplinas elencadas na subseção abaixo.

Equivalência entre disciplinas

DISCIPLINAS DO NOVO CURRÍCULO	JUSTIFICATIVA	EQUIVALÊNCIA
Metodologia de Pesquisa Aplicada à GPP (Obrigatória)	Já era ofertada no GPP regularmente, na modalidade Optativa (110272), a fim de explorar o aspecto epistemológico do Campo de Públicas e, assim, contemplar as DCNs de Administração Pública no que se refere às pesquisas da área.	186236 Metodologia Científica Aplicada
Introdução à Gestão de Políticas Públicas (Obrigatória)	Aborda conhecimentos teórico-metodológicos sobre o Campo de Públicas e apresenta possibilidades de atuação profissional em GPP. Reinscreve e atualiza a discussão anteriormente atribuída à disciplina Cargos no Serviço Público	203246 Cargos no Serviço Público
Implementação de Políticas Públicas (Obrigatória)	Corresponde a estudos sobre a execução de políticas públicas e Serviços Públicos. A disciplina abrange a gestão de políticas públicas, que extrapola o Setor Público, sem deixar de contemplá-lo.	186091 Administração de Serviços no Setor Público.
Gestão e Governança Pública (Optativa)	Trata de modo aprofundado de temas de Organização da Administração Pública Federal e inclui discussões específicas sobre governança pública.	200808 Organização da Administração Pública Federal

Disciplinas do Novo Currículo

Obrigatórias
Avaliação de Programas Governamentais
Democracia e Políticas Públicas
Implementação de Políticas Públicas
Introdução à Gestão de Políticas Públicas
Metodologia de Pesquisa Aplicada à GPP
Processo Decisório e Políticas Públicas
Projeto de Pesquisa em GPP
Trabalho de Conclusão de Curso
Optativas
Controvérsias Urbanas
Democracia Digital, Governança da Internet e Políticas Públicas
Gestão e Governança Pública
Novas Institucionalidades na Administração Pública
Participação Social e Políticas Públicas
Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação

Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda
Políticas Públicas e (Des)envolvimento Territorial
Políticas Urbanas
Teorias Marxistas do Estado

13. Ementas e Bibliografias das Disciplinas

Introdução à gestão de políticas públicas – GPP – criação

Ementa: Fundamentos e história do Campo de Públicas. Pluralidade de abordagens teórico-metodológicas para a gestão de políticas públicas. Atuação profissional em gestão de políticas públicas.

Bibliografia básica:

1. BOULLOSA, R. F. **Dicionário para a formação em gestão social.** Salvador: Ciags/Ufba, 2014.
2. LASCOUMES, Pierre; LE GALES, Patrick. **Sociologia da ação pública.** Maceió: EDUFAL, 2012
3. LIMA, Luciana Leite; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo (orgs). **Campo de públicas em ação:** coletânea em teoria e gestão de políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

Bibliografia complementar:

1. FISCHER, Frank; GOTTWEIS, Herbert (Ed.). **The argumentative turn revisited:** Public policy as communicative practice. Duke University Press, 2012.
2. LUKIC, Melina Rocha; TOMAZINI, Carla. **As ideias também importam:** a abordagem cognitiva das políticas públicas no Brasil. Curitiba: Juruá, 2013.
3. MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
4. SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.
5. WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Capítulo IX. Sociologia da Dominação. Seção 2. Natureza, Pressupostos e Desenvolvimento da Dominação Burocrática.

Introdução ao Direito 1 - FDD - 184039

Ementa: A disciplina visa iniciar os estudantes no estudo do direito, proporcionando-lhes a oportunidade de desenvolver uma reflexão acerca dos fenômenos ligados ao direito e de familiarizar-se com o discurso jurídico e com o universo simbólico dos juristas. Pretende estimular o estudante a refletir sobre os vários problemas relacionados ao campo jurídico e, a partir de suas próprias experiências, construir uma visão crítica do direito, buscando contribuir para a formação de um profissional que não se limite a saber somente operar o direito de maneira competente, mas que tenha capacidade de refletir sobre o seu papel na sociedade e tomar parte na definição dos novos rumos do direito.

Bibliografia básica:

1. COSTA, Alexandre. **Introdução ao direito.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2001.
2. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**: técnica, decisão, dominação. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.
3. HART, Herbert L. A. **O conceito de direito.** 2ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.

Bibliografia complementar:

1. BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Brasilia: Editora Universidade de Brasília, 1989.
2. FULLER, Lon L. **O caso dos exploradores de cavernas**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1976.
3. KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito.** 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
4. REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito.** São Paulo, Saraiva. 19ª ed. 1991.
5. WARAT, Luís Alberto; ROCHA, Leonel Severo. **O direito e sua linguagem**. 2ª versão. 2. ed. aum. Porto Alegre: S A Fabris, 1995.

Introdução à Economia - ECO - 132012

Ementa: Curso discute, em caráter introdutório, questões metodológicas da ciência econômica, abordando, em seguintes temas: noções de microeconomia, estruturas de mercado, a demanda e a oferta; noções de macroeconomia, os agregados macroeconômicos, os modelos macroeconômicos simplificados; noções de economia monetária, as diferentes interpretações da inflação e políticas de estabilização; as relações econômicas internacionais, taxa de câmbio, balanço de pagamento, relações econômicas do brasil com o resto do mundo e principais problemas.

Bibliografia básica:

1. MANKIW, N.G. **Introdução à Economia**. Trad. M.J.C.Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
2. GREMAUD, Amaury P., VASCONCELLOS, Marco A. S. & TONETO Jr., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.
3. SOUZA, Nali de J. **Introdução à Economia.** São Paulo: Atlas, 1996.

Bibliografia complementar:

1. PAULANI, Leda M. & BRAGA, Márcio B. **A Nova Contabilidade Social.** São Paulo: Saraiva: 2000.
2. SAMUELSON, P. & NORDHAUS, W. **Economia**. 14ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1993.
3. FREITAS, Paulo Springer de. **Regime de Metas para a Inflação no Brasil**. Departamento de Economia da UnB, 2002.
4. GONÇALVES, Flávio. **Balanço de Pagamentos:** uma Nota Introdutória. Departamento de Economia da UnB, 2002.
5. GONÇALVES, Flávio. **Taxas de Câmbio e Mercado Cambial, uma Nota Introdutória**. Departamento de Economia da UnB, 2002.

Português Instrumental 1 - LIP - 147389

Ementa: Análise das condições de produção de texto referencial, planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Prática de elaboração de resumos, esquemas e resenhas. Leitura, interpretação e reelaboração de textos de livros didáticos.

Bibliografia básica:

1. ANDRADE, Maria Margarida**. Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Ed. Atlas, 1998
2. BARRAS, Robert. **Os cientistas precisam escrever**. São Paulo, Ed. Queiroz 1986
3. FAULSTICH, Enilde L. de J. 20 ed. **Como ler, entender e redigir um texto**, Petrópolis, Ed. Vozes, 2008

Bibliografia complementar:

1. CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro, Ed. Nova fronteira, 1985
2. TURABIAN, Kate L. **Manual para redação**. São Paulo, Martins Fontes, 2000
3. SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos**. Rio de Janeiro, ed. Globo 1987
4. ZAMBONI, Lilian M. Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação**

científica. Subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas, Ed. Fapesp/Autores associados, 2001
5. ZANDWAIS, Ana. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre, Ed. Sagra 1990

Introdução à Administração - ADM - 181013

Ementa: Conceito de administração. A finalidade da administração. Evolução do pensamento e da Teoria Administrativa. Administração e sua relação com o desenvolvimento social. O papel do cliente nas organizações. Processos administrativos. Planejamento, organização, liderança e controle. Estruturas organizacionais. Funções administrativas. Enfoque crítico da administração. Perspectivas da administração na sociedade contemporânea.

Bibliografia básica:

1. MAXIMIANO, Antônio. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2007.
2. MINTZBERG, Henry. **Criando organizações eficazes**: estruturas em cinco configurações. São Paulo: Atlas, 1995.
3. MOTTA, Fernando. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.

Bibliografia complementar:

1. BERNARDES, Ciro. **Teoria Geral das Organizações**: os fundamentos da administração integrada. São Paulo: Atlas.
2. ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas**. São Paulo: Pioneira, 1974.
3. OLIVEIRA, Djalma. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 1999.
4. ROBBINS, Stephen. **Fundamentos de Administração:** conceitos essenciais e aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
5. STONER, James. **Administração**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1982.

Introdução à Ciência Política – IPOL - 185035

Ementa: O objetivo do curso é oferecer ao aluno uma visão panorâmica dos principais conceitos e diferentes temas da reflexão política contemporânea.

Bibliografia básica:

1. BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
2. DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.
3. PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Bibliografia complementar:

1. BAQUERO, Marcello. **Desafios da democratização na América Latina:** debates sobre cultura política. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1999
2. SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A., 1965.
3. GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais e a organização da Cultura.** Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
4. SCHMITTER, Philippe C. WHITEHEAD, Laurence. **Transições do regime autoritário**: América Latina. São Paulo: Vértice, 1988
5. SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos.** Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do estado, 2000.

Economia para Políticas Públicas - GPP – 133230

Ementa: Introduzir definições de políticas públicas a partir de abordagem econômica. Apresentar e discutir alcance e limitações de fundamentos econômicos no ciclo de política pública. Introduzir noções de orçamento público e avaliação de políticas públicas, do ponto de vista econômico. Apresentar e discutir políticas setoriais do ponto de vista econômico.

Bibliografia básica:

1. HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Políticas Públicas**: seus ciclos e seus sistemas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
2. GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 16º ed. São Paulo: Atlas, 2012.
3. REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia complementar:

1. PETERS, G.; PIERRE, J. **Administração Pública**: coletânea. Brasília: ENAP, 2010.
2. KAUL, I.; GRUNBERG, I.; STERN, M. A. **Bens Públicos Globais**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2012.
3. REZENDE, F; CUNHA, A. **O Orçamento dos Brasileiros**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
4. WU, Xun; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de Políticas Públicas**: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014.
5. PINDYCK & RUBINFELD. **Microeconomia**. Prentice Hall. VARIAN, H. Microeconomia: Princípios Básicos. Editora Campus, 2006.

História Social e Política do Brasil - HIS – 139203

Ementa: A disciplina tem a proposta de discutir o processo histórico brasileiro, centrando-se nas questões da cidadania. Discutindo os desdobramentos políticos e sociais do período imperial e republicano, objetiva contribuir para a compreensão da história política do país. A prática do ensino de História social e Política do Brasil em sala de aula.

Bibliografia básica:

1. FURTADO, Jorge e DELGADO, Lucília (org.) **O Brasil Republicano**. Vol. 1 a 4. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2006-2007
2. PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B (org), **História e Cidadania**. Contexto, 2003.
3. AVELAR, Lúcia. **Sistema Político Brasileiro**. UNESP, 2004.

Bibliografia complementar:

1. FERREIRA, Nilda Esteves. **Cidadania, uma questão para a educação**: Os princípios do Estado moderno e a cidadania brasileira, analisados do ponto de vista da prática educacional. Nova Fronteira, 1993.
2. ALENCASTRO, Luís Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil**: Império; a Corte e a modernidade nacional. Cia. Letras, 1997
3. FERLINI, Vera Lúcia e BICALHO, Maria Fernanda (org.) **Modos de governar**. Alameda: São Paulo, 2005.
4. MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta.** A experiência brasileira. A grande transação. São Paulo: Editora SENAC de São Paulo, 2000.
5. GOMES, Angela de Castro, **O Redescobrimento do Brasil**, A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005"

Fundamentos de Políticas Públicas - IPOL - 185850

Ementa: Apresentar conceitos e métodos de estudo e avaliação de políticas públicas. Estudo do processo de formulação e decisão através de diferentes ilustrações em política econômica e social instituições públicas e a implementação de políticas públicas. Avaliação de impactos das políticas públicas na economia e na política e na sociedade.

Bibliografia básica:

1. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3ª ed. Rio de. Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
2. FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder.** São Paulo: Edusp, 1975.
3. DELLUZZO, L. G.; COUTINHO, E R. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Bibliografia complementar:

1. ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo, HOCHMAN, Gilberto; (orgs).

Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.
2. BACHA, Edmar L. & KLEIN, Herbert S. (ed.). **A transição incompleta:** Brasil desde 1945. Riode Janeiro, Paz e Terra, 1986.
3. CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974
4. MARTINS, Carlos Estevam. **Estado e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1977
5. O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. **Transições do regime autoritario:** primeiras conclusões acerca de democracias incertas. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais, 1988

Introdução a Teorias Organizacionais - ADM - 186384

Ementa: A evolução da teoria das organizações e sua relação com a teoria administrativa. Principais abordagens (humana, econômica, sociológica, crítica) de estudo e análise das organizações. As metáforas organizacionais (máquina, organismo, cultura, sistema político, cérebro, fluxo e transformação, prisão psíquica e instrumento de dominação, rede). Análise organizacional: estruturas, processos e resultados. Mudanças e configurações organizacionais. A teoria das organizações como ideologia. O poder nas e o o poder das organizações Estudos e pesquisas em teoria das organizações

Bibliografia básica:

1. HALL, Richard H. Organizações. **Estruturas, Processos e Resultados**. São Paulo. Prentice-Hall. 8ª. ed. 2004
2. MINTZBERG, Henry. **Criando Organizações Eficazes**. São Paulo. Atlas. 2ª. ed. 2003.
3. MOTTA, Fernando Claudio Prestes. **Teoria das Organizações**. Evolução e Crítica. São Paulo. Pioneira. Thomson Learning. 2003.

Bibliografia Complementar

1. ABRAHAMSON, E.; FAIRCHILD. **Management fashion**: lifecycles, triggers, and collective learning processes. Administrative Science Quarterly. 44: 708-740. 1999.
2. AKTOUF, Omar. **A administração entre a tradição e a renovação**. São Paulo: Atlas, 1996.
3. AKTOUF, Omar. Pós-Globalização**, Administração e Racionalidade Econômica**. São Paulo: Atlas, 2004.
4. ALDRICH, H.E.; PFEFFER. **Environments of organizations.** Annual Review of Sociology. 2: 79-105. 1976.
5. BARNARD, Chester I. **As funções do executivo**. São Paulo: Editora Atlas, 1971.

Formação Econômica do Brasil - ECO - 132039

Ementa: A disciplina pretende fornecer elementos para uma melhor compreensão da situação histórica da economia brasileira, aprimorando a capacidade dos alunos de realizar avaliação consistente e bem estruturada da mesma. Com esse fim, será examinada a evolução da economia do país em um contexto amplo, que tome conta não apenas os aspectos econômicos, mas também aspectos sociais e políticos. Entretanto, será dada ênfase aos aspectos econômicos.

Bibliografia básica:

1. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.
2. PRADO Junior, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2000.
3. GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial.** São Paulo: Ed. Atica, 1978.

Bibliografia complementar:

1. FISHLOW, Albert. **Origens e consequências da substituição de importações no Brasil.** Estudos econômicos. Vol. 2, n. 6. Pp 7-76. 1972
2. FURTADO, Celso. **Analise do modelo brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização. Brasileira, 1972.
3. Simonsen, Roberto C. **"Evolucao Industrial Do Brasil"** Em E. Carone, Evolucao Industrial Do Brasil E Outros Estudos. Sao Paulo: Comp. Ed.Nacional1973
4. Sodre, Nelson W**. O Tratado De Methuen**. Rio De Janeiro: Iseb/Mec 1955.
5. VERSIANI, Flavio e Versiani M.T. **A Industrializacao Brasileira Antes de 1930**: Uma Contribuicao. Estudos Economicos, Vol. 5 N.1. 1975.

Fundamentos da Administração Pública - GPP – 200794

Ementa: A disciplina trata das principais abordagens teóricas acerca da Administração Pública. Reforma do Estado e modernização do setor público. Evolução histórica da Administração Pública no país. Planejamento na administração Pública. Ética. Tendências contemporâneas da administração pública no Brasil e no mundo. O objetivo é proporcionar ao estudante oportunidades de refletir sobre a administração pública, seu desenvolvimento e as tendências atuais.

Bibliografia básica:

1. REZENDE, Flávio da Cunha. **Porque falham as reformas administrativas?** Rio de Janeiro, Editora FGV , 2004.
2. WALDO, Dwight. **O estudo da Administração Pública.** Rio de Janeiro: FGV,1971
3. WHARLICH, Beatriz M. S**. Reforma Administrativa na era de Vargas.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1983.

Bibliografia complementar:

1. CROZIER, Michel. **Fenômeno burocrático**: Ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações, na França, com o social e cultural. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
2. DiMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W**. The Iron Cage Revisited.** American Sociological Review, v. 48, n. 2. p. 147-160, 1983
3. DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses:** um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil; 1930-1960. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2004.
4. OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. **Reinventando o Governo.** MH comunicação, 1994.
5. WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva (vol. 1). Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1994.

Economia para Políticas Públicas 2 - GPP - 200816

Ementa: Introduzir conceitos macroeconômicos e de política macroeconômica. Apresentar e discutir o papel do Estado do desenvolvimento econômico. Introduzir noções de contabilidade social, e de políticas econômicas relacionadas ao crescimento econômico, balanço de pagamentos, política monetária e políticas sociais.

Bibliografia básica:

1. PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social**: uma introdução à macroeconomia. 3º ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.
2. DORNBUSCH, R. **Macroeconomia**. 8º. ed. Rio de Janeiro: Editora McGraw-Hill, 2013.
3. FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 10º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2000.

Bibliografia complementar:

1. BIELSCHOWSKY, R**. Cinquenta Anos de Pensamento da Cepal**, CEPAL – Record, 2000.
2. FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
3. FURTADO, C. **Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico**.RBE, 1951.
4. PREBISCH, R. “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas” em Bielschowsky, R. **Cinquenta Anos de Pensamento da Cepal**, CEPAL – Record, 2000;
5. TAVARES, M.; SERRA, J. “Além da Estagnação” em Maria da Conceição Tavares, **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Editora

Zahar, 1972.

Teoria Política Moderna - IPOL - 185051

Ementa: Pensamento Político Ocidental Moderno. Contratualismo, Utilitarismo, Idealismo, Liberalismo Novecentista, Marxismo e Contribuições Weberianas.

Bibliografia básica:

1. CHEVALIER, Jean Jacques, **História do Pensamento Político**, Rio De Janeiro: Ed. Zahar, 1979.
2. HOBBES, Thomas. **Leviatã ou a Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**, São Paulo Ed. A. Cult. 1979
3. MACFARLENE, L. J., **Teoria Política Moderna**, Brasilia: Ed. Unb, 1981.

Bibliografia complementar:

1. LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo**, Coleção Os Pensadores, Sao Paulo Ed. A. Cult. 1979.
2. ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. Coleção Os Pensadores Sao Paulo Ed. A. Cult. 1978.
3. TOCQUEVILLE. Alexis de**. A Democracia na América**, São Paulo: Ed. USP S/D.
4. MARX, Karl,. **O 18 De Brumario e Cartas a Kugelman**. Rio De Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1974.
5. STUART MILL, John. **Sobre a Liberdade**. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.

Estado, Governo e Políticas Públicas - IPOL - 200824

Ementa: O objetivo do curso é oferecer aos alunos um debate teórico que aborde a complexa relação Estado, Governo e Sociedade no tocante à provisão de políticas públicas. Modelos de análise, tipologias e estratégias dos atores políticos para a definição da Rede de Proteção Social no Brasil. Engenharia constitucional do federalismo brasileiro e suas implicações para a agenda contemporânea de reforma do setor social.

Bibliografia básica:

1. ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.
2. RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas**: conceitos básicos. In: RUA, Mª das Graças & CARVALHO, Mª Izabel V. (Orgs). Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. Brasília: Paralelo 15, 1998.
3. SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologia,

Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. 19/03

Bibliografia complementar:

1. ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo, HOCHMAN, Gilberto; (orgs). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.
2. ANASTASIA, Fátima. Federação e relações intergovernamentais. In: **Sistema Político Brasileiro**: uma introdução / Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra (Orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.
3. NETO, Octavio Amorim. **O Executivo Federal**. In: Sistema Político Brasileiro: uma introdução / Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra (Orgs.) Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.
4. PRATES, Antônio Augusto Pereira. Administração pública e burocracia. In: **Sistema Político Brasileiro**: uma introdução / Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra (Orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.
5. STEIN, Ernesto et al. **A política das políticas públicas**: progresso econômico e social na América Latina. Relatório 2006. Ed. Campus, 2ª edição.

Comportamento Organizacional – ADM - 186457

Ementa: Definição de comportamento organizacional. Estudo e teorias relacionadas a variáveis típicas de comportamento organizacional. Motivação no Trabalho. Liderança. Cultura Organizacional. Análise da constituição do sujeito como efeito dos modos de se trabalhar e das práticas de gestão do trabalho. Comportamento organizacional e sofrimento psíquico. Grupos e equipes de trabalho.

Bibliografia básica:

1. CHANLAT, J.-F. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
2. ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 11ª ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2005.
3. ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia complementar:

1. CLEGG, STEWART et al. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2001.
2. DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000

3. DEMO, G. **Políticas de gestão de pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

4. HELEONAI, R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação Psicológica no mundo do trabalho. ed. Sao Paulo: Atlas, 2003.

5. HOFSTEDE, G. **Cultura e organizações -** compreender a nossa programação mental. Lisboa: Edições Sílabo, Ltda, 2003. 308 p.

Política Fiscal e Sociedade - GPP - 203238

Ementa: Atribuições econômicas do estado; aspectos sociopolíticos da tributação; gasto estatal e redistribuição de excedentes econômicos; políticas macroeconômicas e suas implicações para as políticas públicas; o orçamento estatal e suas dimensões sociopolíticas; e democracia econômica.

Bibliografia básica:

1. OLIVEIRA, Fabrício A. de. **Economia política das finanças públicas no Brasil**: um guia de leitura. São Paulo: Hucitec. 2009.

2. RIANI, Flávio. **Economia do setor público:** uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: LTC. 2016.

3. SALVADOR, Evilásio. 2010. **Fundo público e seguridade social no Brasil.** São Paulo: Cortez.

Bibliografia complementar:

1. CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** Campinas: Papirus. 1988.

2. SANTOS, Boaventura de S. (ed.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

3. MARTINS, Carlos B. & H. H. Martins (eds.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil:** sociologia. São Paulo: Anpocs. 2010.

4. SMELSER, Neil J.; Swedberg, Richard (eds.). **The handbook of economic sociology.** Princeton: Princeton University Press. 2005.

5. WEBER, Max. **História geral da economia.** São Paulo: Centauro. 2006.

Ementa: Conceitos Introdutórios; Abordagem Cientifica de Pesquisas; Filosofia da Ciência; Projetos de Pesquisa; Redação de Relatórios de Pesquisa; Métodos de pesquisa; Uso de softwares como ferramentas de pesquisa.

Bibliografia básica:

1. CERVO, A. L., BERVIAN, P. A., & SILVA, R. **Metodologia Científica** (6a. ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.

2. VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas. 2009

3. LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber** - manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. ARTMED/EdUFMG: 1999.

Bibliografia complementar:

1. BRYMAN, A. **Social research methods** (2nd ed. ed.). Oxford: Oxford University Press. 2004
2. MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M**. Qualitative Data Analysis**: An Expanded Sourcebook. 2nd edition. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.
3. KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1975
4. JANNUZZI, P.M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais:** uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas-SP: Alínea Editora, 2016.
5. YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman. 2015

Processo decisório e políticas públicas – GPP – criação

Ementa:	Processos decisórios em políticas públicas. Construção de alternativas de políticas públicas, com ênfase nas dinâmicas que modelam à tomada de decisão. Principais modelos conceituais. Formação de agendas em políticas públicas. Planejamento governamental. Complexidades e incertezas que permeiam a formulação.

Bibliografia básica:

1. HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (ORGS.). **Políticas públicas e desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2009.
2. LINDBLOM, Charles**. O processo de decisão política**. Brasília: Ed. UnB, 1981.
3. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs). **Políticas Públicas:** coletânea. Brasília: Enap, 2006. Vol. 1 e 2

Bibliografia complementar:

1. CARDOSO Jr, José Celso (org). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília: ipea, 2011.
2. KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies.** 2. Ed. Boston: Little Brown, 1984.
3. LEJANO, Raul. **Parâmetros para análise de políticas:** Fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012
4. MACHADO. F. R. **Federalismo e políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013.
5. MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

Ética e Política - IPOL - 188638

Ementa: A disciplina aborda as relações entre Ética e Política, sob uma perspectiva filosófica, tendo como foco principal estimular a reflexão ética no campo das políticas públicas. O objetivo é capacitar os estudantes a compreenderem o debate ético atual e participarem dele de modo reflexivo e crítico.

Bibliografia básica:

1. ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1985.
2. KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2003.
3. RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

Bibliografia complementar:

1. ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.
2. MILL, John Stuart. O **Utilitarismo**. São Paulo: Iluminuras, 2000.
3. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
4. MACHIAVELLI, Niccolo. **O príncipe e dez cartas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989
5. PLATÃO. **A república**. 11. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2008.

Métodos quantitativos aplicados a políticas públicas - IPOL - 188620

Ementa: O objetivo desta disciplina é de introduzir os alunos aos fundamentos da econometria como ferramenta para a análise de políticas públicas. Num primeiro tempo, faremos uma revisão dos conceitos básicos de estatística e probabilidade. Depois, introduziremos a econometria e a análise de regressão. O curso está focado no estimador de mínimos quadrados ordinários (MQO) e suas propriedades.

Bibliografia básica:

1. BUSSAB e MORETTIN. Estatística Básica. Saraiva, 5ª Edição, 2002.(BM)
2. GUJARATI,D. Econometria básica. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier,2006.(DG)
3. WOOLRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. Editora Thomson. 2006.

Bibliografia complementar:

1. HAIR.J.;ANDERSONR.;TATHAMR.;BLACKW. Análise Multivariada de Dados. Porto Alegre: Bookman, 2009.(JR)

2. JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas-SP: Alínea Editora, 2016.

3. LEVINE et al. Estatística: Teoria e Aplicações Usando o Microsoft Excelem Português.LTC,5ªEdição,2008.(DL)

4. MENEZES FILHO, Naercio et al. Avaliação econômica de projetos sociais.SãoPaulo: DinâmicaGráficaeEditora,2012.(NM)

5. WILD,Christopher J.; SEBER, George AF. Encontros como acaso: um primeiro curso de análise de dados e inferência. Tradução Cristiana Filizola Carneiro Pessoa. Rio deJaneiro: LTC Editora, 2004.

Implementação de políticas públicas – GPP - criação

Ementa:	O processo de implementação em políticas públicas. Abordagens, conceitos e ferramentas para sua análise. Execução das políticas públicas. Federalismo na implementação de políticas públicas. Redes de implementação. Serviços públicos.

Bibliografia básica:

1. HOWLETT, Michael, RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública:** seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
2. PETERS, Guy; PIERRE, Jon. **Administração pública:** coletânea. São Paulo: Unesp; Brasília: Enap, 2010.
3. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs). **Políticas públicas:** coletânea. Brasília: Enap, 2006. Vol. 1 e 2

Bibliografia complementar:

1. FARIA, Carlos Aurélio (org.). **Implementação de políticas públicas:** teoria e prática. Belo Horizonte: PUC-MG, 2012.
2. HEIDEMANN, Francisco g.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2009.
3. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
4. LOUREIRO, Maria Rita; ABRÚCIO, Fernando; PACHECO, Regina (orgs.). **Burocracia e política no Brasil:** desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
5. PRESSMAN, Jeffrey I., WILDAVSKY, Aaron. **Implementation:** how great expectations in Washington are dashed in Oakland. Berkeley: University California Press, 1973.

Democracia e políticas públicas – GPP - criação

Ementa: Construção democrática como processo permanente. Democracias representativa, participativa e deliberativa. Igualdade de gênero e raça. Políticas de garantia de direitos humanos. Da ação coletiva à inovação pública: políticas públicas como expressão da efetividade democrática.

Bibliografia Básica:

1. DAGNINO, Evelina; PANFICHI, Aldo. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, p. 137-179, 2006.

2. SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

3. SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel; SAMPAIO, Rafael. **Democracia digital, comunicação política e redes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. **Acting in an Uncertain World**. An Essay on Technical Democracy. MIT ed, Cambridge, 2009.

2. COHEN, Jean.; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y teoria politica**. Fondo de cultura economica: Mexico, 2002.

3. INGRAM, Helen; SCHNEIDER, Anne. **Policy analysis for democracy**. MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. (Ed.). The Oxford Handbook of Public Policy. Oxford University Press, 2006.

4. FRASER, Nancy. **Escalas de justicia**. Barcelona: Herder Editorial, 2012.

5. PIRES, Roberto Rocha (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.

Projeto de Pesquisa em GPP - GPP - 110281

Ementa: Fundamentos do trabalho científico. Definição de tema e questão de pesquisa. Discussão de referencial teórico. Métodos e técnicas de coleta e de análise de dados. Técnicas de imersão acadêmica em pesquisa para análise de política pública. Projeto de pesquisa para Residência em Políticas Públicas e Monografia.

Bibliografia básica:

1. AGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

2. ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. Pioneira Ed, 2000.

3. MINAYO, Maria Cecília. S.(org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 32º edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

Bibliografia complementar:

1. BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. Florianópolis: UFSC Ed., 2008.
2. LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
3. LEJANO, Raul. **Parâmetros para análise de políticas**: fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte Escrita 2012
4. MACIEIRA, Silvio; VENTURA, Magda. **Como Elaborar Projeto, Monografia e Artigo Científico**. 5° Edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007.
5. MULLER, Pierre; SUREL, Yves. A análise das políticas públicas. Editora da Universidade Católica de Pelotas – UCPel (EDUCAT), 2002.

Avaliação de Programas Governamentais – GPP – criação

Ementa: Visão geral sobre o papel e o uso da avaliação de políticas públicas. Teorias, conceitos, tipos, modelos, métodos e instrumentos de avaliação de políticas públicas e de programas governamentais. Avaliação e aprendizagem.

Bibliografia básica:

1. JANNUZI, P.M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas-sp: alínea editora, 2016.
2. LEJANO, R. **Parâmetros para análise de políticas:** fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte escrita, 2012
3. MINAYO, C. (ORG). **Avaliação por triangulação e métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

Bibliografia complementar:

1. AGUILAR, M.J.; ANDER-EGG. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Projeto Atlântida e I Congresso de Serviço Social, 2002.
2. COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** 8ª ed., Petrópolis/RJ: EDITORA VOZES, 2008.
3. SILVA, Maria O. S. ET AL. **Pesquisa avaliativa:** aspectos teóricos-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2013.
4. SHADISH JR, W. R., COOK, T. D., & LEVITON, I. C. **Foundations of program evaluation**: theories of practice. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1995.
5. VEDUNG, Evert. **Evaluacion de politicas publicas y programas**. Madri: Instituto Nacional de Servicios Sociales, 1997.

Residência em Políticas Públicas – GPP - 100323

Ementa: Proporcionar ao estudante um espaço de aprendizagem prático-reflexiva a partir da sua imersão em organizações públicas, sem fins lucrativos ou privadas. A experiência de imersão possibilita a análise dos processos de gestão de políticas públicas de forma ampla, promovendo a reflexão sobre a relação Estado e Sociedade. Os conteúdos e métodos desta disciplina devem colaborar para a elaboração do Relatório da Residência em Políticas Públicas, do Diário de Campo e para a realização de Seminário final.

Bibliografia básica:

1. ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
2. MINAYO, Maria Cecília. S.(org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 22º edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994
3. RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

Bibliografia complementar:

1. BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
2. BARBOSA, Joaquim Gonçalves e HESS, Remi. **O diário de pesquisa**: o estudante universitário e seu processo formativo. Brasília: Liberlibro, 2010.
3. DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1980.
4. MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.
5. SILVA, Maria O. S. et al. **Pesquisa Avaliativa**: aspectos teóricos-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso - GPP – criação

Ementa: A monografia, requisito indispensável para a conclusão do curso, deverá referir-se a temas e problemas do Campo de Públicas e deverá exprimir a capacidade discente de pesquisa, de utilização de métodos científicos e conceitos teóricos capazes de gerar análises significativas a respeito de questões contemporâneas do Campo, contribuindo para o processo de produção de conhecimento científico. São passos da monografia: revisão e viabilização do projeto de pesquisa; adensamento da discussão teórica; aperfeiçoamento de técnicas, abordagens e procedimentos metodológicos de pesquisa; coleta de dados; execução da pesquisa; análise de dados; considerações finais; defesa de monografia.

Bibliografia básica:

1. DINIZ, Débora. **Cartas de uma orientadora**: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres. 2013.
2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
3. YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5ª ed. Porto Alegre:

Bookman, 2015.

Bibliografia complementar:
1. ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
2. BAUER, Martin W.; GASKELL, George**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Vozes, 2003.
3. CHAUÍ, M. S. **Convite à filosofia**, 14ª ed. São Paulo: Ática, 2011.
4. ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 26ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
5. SILVA, Maria Ozanira da. et al. **Pesquisa avaliativa**: aspectos teóricos-metodológicos. São Paulo: Veras, 2013.

Novas Institucionalidades na Administração Pública – GPP –

Ementa: Reforma do Estado e modernização do setor público. Evolução histórica da Administração Pública no pais. Tendências contemporâneas no Brasil e no mundo. Novas institucionalidades: AGU, Controle interno e externo: CGU, TCU, MPF; Dispositivos Constitucionais de participação: conselhos, conferências e outros. Lei 13.140, de 26 de junho de 2015.

Bibliografia básica:
1. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus 138 p.
2. CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica . São Paulo: Editora UNESP, 2004.
3. GALBRAITH, John Kenneth. **A sociedade justa**: uma perspectiva humana. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

Bibliografia Complementar
1. AHL, Robert Alan; LINDBLOM, Charles Edward. **Politica, economia e bem-estar social: planejamento e sistemas político econômicos reduzidos a processos sociais básicos**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.
2. LYRA FILHO, João. **Poder executivo, nôvo sinônimo de poder econômico**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro, 1965.
3. COLANDER, David. **Complexity and the art of public policy** - solving society's problems from the bottom up. Princeton: New Jersey, 2014.
4. MacLEAN, Nancy. **Democracy in chains** - The deep history of the radical right's steatlth plan for America. New York, Penguin. 2017.
5. LIMA, Luciana Leite; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo. **Campo de públicas em ação**:coletânea em teoria e gestão de políticas públicas. Porto Alegre, UFRGS, 2017.

Controvérsias Urbanas – GPP –

Ementa: As controvérsias e a complexidade do urbano. A visão clássica do urbano: a concretização da luta de classes. A cidade enquanto objeto discursivo. A cidade como experiência e prática. A construção de *novas epistemes* para o pensar as cidades brasileiras e as políticas urbanas e territoriais.

Bibliografia básica:

1. LOKJINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
2. HARVEY, David**. A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
3. SANTOS, Milton**. O espaço do cidadão. São Paulo**: Edusp, 2014.

Bibliografia complementar:

1. VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela** – do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
2. JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014
3. CALVINO, Italo. **Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras,1990.
4. LEFEBVRE, Henri**. A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (original: La production de l'espace. 4éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).
5. MARICATO, E. . **Brasil, cidades: uma alternativa para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Democracia digital, governança da internet e políticas públicas – GPP –

Ementa: Poder e Contrapoder na Sociedade Informacional; Democracia Participativa e Democracia Digital; Participação Política; Engajamento Cidadão e a Produção Colaborativa de Leis e Políticas Públicas; Direitos Humanos, Minorias e Liberdade de Expressão na Internet; Governança da Internet: Atores, Controvérsias, Redes Organizacionais e Políticas Públicas; Ato político, normativo e Poder Simbólico.

Bibliografia básica:

1. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2014. 573 p. ISBN 9788535924350.
2. CASTELLS, M. **O poder da Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
3. SILVA, S.; BRAGATTO, R.; SAMPAIO, R. (Orgs.) **Democracia digital, comunicação política e redes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
2. MAGRANI, E. (Org.) **Digital Rights:** Latin America and the Caribbean. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio Edition, 2017.
3. MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. **Big data: como extrair volume,**

variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2013.
4. SILVEIRA, Sergio Amadeu. **Tudo sobre tod@s:** Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc, 2017.
5. TAPSCOTT, D.; TAPSCOTT, A. **Blockchain Revolution:** how the technology behind bitcoin is changing money, business and the world. New York: Penguin Random House LLC, 2016.

Gestão e governança pública – GPP –

Ementa: Noção de Governança. Governo, Governabilidade e Governança: bases teóricas, históricas e conceitos. Governança e Democracia. Governança e Desenvolvimento. Governança e Políticas Públicas. Governança e Gestão Pública. Governança Local. Governança multinível. Componentes da Governança: transparência ativa, cidadania, participação social, novos atores e interdependência. Experiências brasileiras e internacionais sobre governança pública.

Bibliografia básica:

1. DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. Imperatriz ,MA: Ética, 2016
2. EVANS, Peter. **Autonomia e Parceria**. Estado e transformação industrial. Editora UFRJ, 2004
3. KJAER, Anne Mette**. Governance.** Polity Press, Cambridge,2004

Bibliografia complementar:

1. DINIZ, Eli. **Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 15(4), 2001.
2. PETERS, Guy. **Governance as political theory.** Oxford: Oxford University Press, 2012. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781137092496_2
3. SALAMON. Lester M. **The Tools of Government**: A Guide to the New Governance. Oxford: Oxford University Press, p.1-47, 2002
4. RHODES, R.A.W. **Governance and Public Administration.** In: Jon Pierre (org.): Debating Governance. Oxford: Oxford University Press, 2000.
5. PIRES R.; LOTTA G.; OLIVEIRA, V. **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap, 2018.

Participação social e políticas públicas – GPP –

Ementa: Conceitos de democracia participativa e representativa. Conceitos de participação social e controle social. Institucionalização da participação social. Participação social e gestão de políticas públicas. Efeitos da participação social nas políticas públicas brasileiras. Políticas públicas de ação afirmativa: étnico-racial e de gênero.

Bibliografia básica:

1. AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. **Conferências nacionais:** entendendo a dinâmica da participação no nível nacional. Brasília: IPEA, 2013
2. DAGNINO, E. (ORG.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
3. PEREZ, MARCOS AUGUSTO. **Administração Pública Democrática**: Institutos de Participação Popular na Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

Bibliografia complementar:

1. GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
2. SANTOS, B. S. (ORG.) **Democratizar a Democracia**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.
3. SILVA, Vini Rabassa; MARIA, Dalila. **Controle Social de Políticas Públicas**. Editora Paulus, 2007.
4. LAZZARINI, Valtenir (Org.) **Participação e controle social**. Editora CRV, 2012
5. SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras:** ações coletivas na era da globalização. São Paulo, SP : Hucitec, 1999.

Políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação – GPP –

Ementa: Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) no Brasil; o Estado como agente no desenvolvimento de C,T&I; princípios conceituais e práticos sobre as políticas públicas de CT&I; sistema brasileiro de C,T&I: redes, organizações e atores; marco legal, leis de incentivo e regulações setoriais; fomento e financiamento para C,T&I; propriedade intelectual e transferência de tecnologia; avaliação de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação: desafios e implicações; cooperação internacional em C,T&I.

Bibliografia Básica:

1. NOWOTNY, H.; SCOTT, P.; GIBBONS, M. **Re-thinking Science**: knowledge and the public in an age of uncertainty. London: Blackwell Publishing, 2001.
2. SOBRAL, F.; SANTOS, G. **Avaliação de Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação:** abordagens a partir de casos concretos. Brasília: Viva Editora, 2018.
3. VIOTTI, E. B.; MACEDO, M.; **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

Bibliografia Complementar:

1. BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro branco**: ciência, tecnologia e inovação. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

2. FARIA, R. **Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil competitivo**. São Paulo: SBPC, 2011.

3. FERNANDES, A. **Colapso da Ciência e Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994.

4. SILVA, C.; MELO, L. (Coord.). **Ciência, tecnologia e inovação**: desafio para a sociedade brasileira – livro verde. Brasília: MCT/Academia Brasileira de Ciências, 2001. 306 p.

5. SCHWARTZMAN, Simon (Coord.) **Ciência e tecnologia no Brasil**: uma nova política para um mundo global. São Paulo: [s. n.], 1993.

Políticas públicas de emprego, trabalho e renda – GPP –

Ementa: Introduzir definições de políticas públicas de emprego, trabalho e renda e seus instrumentos de intervenção. Fundamentos de economia do trabalho, e mercado de trabalho. Fundamentos de políticas e mundo do trabalho sob ótica da OIT. Histórico, evolução e diagnóstico do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil, sob ótica federal e federativa. Aspectos de formulação e gestão das políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil.

Bibliografia básica:

1. CACCIAMALI, M. C. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente**: a experiência brasileira recente. Cepal/PNUD/OIT, 2008.(colaboradora),. 1a. ed. Brasilia: Cepal//Pnud/OIT, 2008. 176p.

2. EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. **A moderna economia do trabalho**: teoria e política pública. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

3. MATOS, F. (org.). **Boas Práticas de Serviços Públicos de Emprego no Brasil**. Brasília: BID, MTE, 2011.

Bibliografia complementar:

1. CHAHAD, Jose Paulo Zeetano; CACCIAMALI, Maria Cristina. **Mercado de trabalho no Brasil**: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho. São Paulo, SP: LTR, 2003. 529 p. ISBN 8536104457

2. CACCIAMALI, M. C.; RIBEIRO, R. A; MACAMBIRA, Júnior (Org.) . **Século XXI. Transformações e continuidades nas relações de trabalho**. 1. ed. Fortaleza: Instituto do Desenvolvimento do Trabalho; Banco do Nordeste; Universidade de São Paulo, 2011. v. 1. 344p .

3. CARDOSO JUNIOR, J. C. ; Gonzalez, R. ; MATOS, F. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda em Contexto de Baixo Crescimento Econômico**: Experiência Brasileira Recente. In: Macambira, J.; Carleial, L. M. F.; Ramos, C. A.. (Org.). **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. 1ed.Fortaleza: IDT, 2009, v. 1, p. 123-180.

4. MACAMBIRA, J. CARLEIAL, L. M. (orgs). **Emprego, trabalho e políticas públicas**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.
5. MATOS, F.; RUAS, C. ; MARINHO, D. N. C. ; BELLONI, J. A. ; CACCIAMALI, M. C. ; PEREIRA, M. P. . **A Política e a Atividade de Microcrédito como Instrumento de Geração de Trabalho e Renda e Inclusão Produtiva**. 1. ed. Brasília: UnB-MTE, 2015. v. 1. 134p .
6. MATOS, F.; SILVA, D. F. L. . **Políticas de Inclusão Produtiva e Qualificação Profissional**: A Execução do PRONATEC Brasil Sem Miséria e o Seguro-Desemprego, na Bahia, no Ceará e em Sergipe. In: Macambira, J.; Andrade, F. B.. (Org.). Estado e Políticas Sociais: Fundamentos e Experiências. 1ed.Fortaleza: IDT-UECE, 2014, v. 1, p. 227-252.

Políticas públicas e (des)envolvimento territorial - GPP –

Ementa: Apresentação crítica da dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento. Conceitos de território e desenvolvimento territorial. Antecedentes teóricos da questão regional e urbana contemporânea. Abordagens críticas da economia política da urbanização e desenvolvimento regional. Debates teóricos contemporâneos sobre as transformações que o espaço urbano-regional vem sofrendo no mundo contemporâneo e suas implicações para as políticas públicas. Modelos de desenvolvimento territorial das agências internacionais e suas implicações para o sul-global.

Bibliografia básica:

1. BANERJEE, Subhabrata Bobby. "Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza." **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.** Belém: Associação de Universidades Amazônicas (2003): 77-128.
2. MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 505 p. (Humanitas (Ed. UFMG)).
3. MONTE-MÓR, R. **Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento:** complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. COSTA, GM; COSTA, HSM & MONTE-MÓR, RL, p. 55-69, 2015.

Bibliografia complementar:

1. ESCOBAR, A. **Designs for the Pluriverse:** radical interdependence, autonomy, and the making of worlds**.** Duke University Press, 2018
2. ESTEVA, G.; BABONES, S. e BABCICKY, P. **The Future of Development: a radical manifesto.** Policy Press, 2013.
3. MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. London, Duckworth, 1957.
4. POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
5. SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Ed. Vozes, 2000

Políticas Urbanas – GPP –

Ementa: A abordagem de políticas urbanas no contexto do campo de estudo das políticas públicas: premissas, conteúdos, implicações. Principais conceitos: problema público, público e práticas. Variações interpretativas: a prática das práticas urbanas; a prática do público; o urbano como argumento; a experiência urbana. Casos de políticas urbanas: construção, montagem, formatos narrativos e produtos finais. Aprendizagem em políticas urbanas.

Bibliografia básica:

1. CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco a. S.; MOTA, Fábio r.; VEIGA, Felipe Berocan (ORGS.). **Arenas Públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.
2. DAGNINO, E. (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
3. LASCOUMES, P., LE GALÈS, P. **Sociologia da Ação Pública**. Maceió: EDUFAL, 2012.

Bibliografia complementar:

1. BOULLOSA, R. **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: ciags/ufba, 2014.
2. BOULLOSA, R. **O estado da arte da regularização fundiária no brasil.** 2016.
3. DEWEY, John. **O público e seus problemas.** Excertos: EM BUSCA DA GRANDE COMUNIDADE, 1927.
4. LASSWELL, Harold. **Politics**: who gets what, when, how. NEW YORK. PETER SMITH, 1950.
5. LASSWELL, HAROLD. **A pre-view of public sciences.** New York: American Elsevier pub. Co., 1971.

Teorias marxistas do Estado – GPP –

Ementa: Disciplina visa debater conceitos da teoria social marxista capazes de auxiliar a interpretação de relações, processos e estruturas sociais, destacadamente políticas e econômicas, localizando o estado e seus aparatos em meio a esses fenômenos e tendo como ponto de partida as contradições e conflitos que tais fenômenos engendram.

Bibliografia Básica:

1. BORON, Atílio; Amadeo, Javier; Gonzáles, Sabrina (orgs). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO. 2006.
2. OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.

3. POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal. 2000 [1978].

Bibliografia Complementar:

1. BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000
2. IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2004
3. MARX, Karl. **O 18 de brumário de Louis Bonaparte**. In K. Marx, & F. Engels, Obras escolhidas (Vol. 1). Lisboa: "Avante!". 1982 [1852].
4. OLIVEIRA, Francisco de**. Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013
5. TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia.** São Paulo: Editora Unesp. 2006 [1992].

14. Descrição do processo de Avaliação

Com respeito à avaliação da aprendizagem, parte-se da premissa de que ensinar é orientar, estimular e ajudar a relacionar informações e conteúdo, mais do que simplesmente repassar informações. Ao agir como orientador e facilitador do processo de aprendizagem, o professor precisa criar oportunidades para o aprendizado em ambientes que o propiciam, lançando mão de ferramentas que induzem os alunos a perceber a existência de múltiplas perspectivas, os ajudando a lidar com a complexa construção de saberes. O professor incentiva a participação do aluno no seu próprio processo de aprendizagem, estimulando a observação, experimentação e reflexão, visando desenvolver a capacidade crítica, com acompanhamento e apoio oportunos, avaliando o rendimento do aluno nas disciplinas, dentro e fora da sala de aula.

A avaliação torna-se peça fundamental neste processo. No Curso de Gestão de Políticas Públicas, os alunos poderão ser avaliados de forma individual ou em grupo, por meio de trabalhos escritos de vários tipos, como resenhas, artigos, relatórios técnicos de experiências de pesquisa, de estágio, de trabalhos junto à comunidade, assim como por meio de provas presenciais e participação em diversos eventos e atividades.

São praticados procedimentos de acompanhamento e de avaliação individual e coletiva, sempre com a preocupação de explicitar os critérios de avaliação adotados nos processos de ensino-aprendizagem, também com aperfeiçoamento dos conteúdos das disciplinas e das suas metodologias.

Com respeito à avaliação do curso, entende-se que o ensino de qualidade se inicia com professores proativos, presentes e dispostos a aprender novos métodos de ensino e avaliação, com uma coordenação de curso comprometida e um colegiado disposto a discutir de forma ampla questões relacionadas com

ensino e avaliação. Será realizada, anualmente, no mínimo uma Oficina de Trabalho para autoavaliação do Curso, com participação de docentes e discentes e com foco em questões como organização e gestão do Curso, informação e comunicação, disponibilidade de professores e funcionários técnico-administrativos; taxas de retenção e evasão de alunos e adequação da infraestrutura física. Dessa forma, o Projeto Pedagógico do Curso será periodicamente avaliado.

Quanto à avaliação do docente e das suas respectivas disciplinas, estes são periodicamente avaliados pelo corpo discente por meio de sistema implantado e aplicado por comissão própria de avaliação da UnB. Esta avaliação discente (Institucional), realizada ao término de cada semestre, analisa o desempenho de professores, suporte à execução de disciplinas (instalações físicas e equipamentos) e o programa das disciplinas (carga horária e conteúdo). Além disso, a coordenação do curso e o Núcleo Docente Estruturante têm acompanhado permanentemente a atuação dos docentes por meio dos seus planos de ensino e dos retornos pontuais ao longo do semestre letivo. Também têm sido aperfeiçoados os trabalhos docentes a partir do diálogo aberto com os estudantes durante as reuniões de colegiado do curso, onde são discutidas mudanças nos regulamentos do curso, revisões no rol de disciplinas optativas e alterações pontuais no fluxo e no currículo do curso.

CAPÍTULO III - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

1. Organização Acadêmica e Administrativa

Estrutura Organizacional

A Universidade de Brasília está estruturada em Unidades Acadêmicas organizadas por área de conhecimento e compreendem faculdades, institutos, centros, núcleos e laboratórios de ensino de graduação e pós-graduação. Todas as Unidades estão sob a supervisão da Reitoria e desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) localiza-se no Campus Darcy Ribeiro e possui quatro departamentos, entre eles, o Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP). É composta por diretor, vice-diretor, secretário e equipe técnica-administrativa. Possui um Conselho que se reúne mensalmente para tomada de decisão, no qual o GPP conta com quatro acentos: chefia, coordenação, representação dos docentes e representação estudantil.

Cada departamento possui seus respectivos colegiados, que também costumam se reunir mensalmente. No caso do GPP, o colegiado é composto por chefe, coordenador, docentes, representação discente e representação técnica-administrativa. Realiza reuniões mensais para discutir o andamento do curso e encaminhamentos formais para seu funcionamento e atendimento de demandas gerais da universidade. Tem funcionado como espaço de debate de questões pertinentes ao curso e de diálogo permanente entre docentes, discentes e técnicos do curso. Suas reuniões são planejadas anualmente, com calendário disponibilizado no começo do ano letivo e a assiduidade dos seus membros costuma ser muito alta. Além do colegiado, o curso possui um Núcleo Docente Estruturante (NDE) fixo e comissões esporádicas, formadas de acordo com as necessidades.

Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), em atendimento à Resolução 01 de 17 de junho de 2010 e o Parecer CONAES nº 04 de 17 de junho de 2010, atua na consolidação do Projeto Político de Curso (PPC) junto ao colegiado do curso. No GPP, existe desde 24/05/2012 (ATA 19ª Reunião de Colegiado do GPP, 2012), ainda no formato de consórcio. O NDE foi constituído em sua primeira formação pelos professores Alexandre Araújo Costa (IPOL), Marilde Loiola de Menezes (IPOL), Vander Lucas Mendes (ECO), Luiz Fernando Bessa, Christiana Soares de Freitas e Janann Medeiros (ADM), sendo coordenado pelo coordenador do curso. Quando o GPP passou a ser um curso da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (Face), o NDE foi reformulado em 10/06/2013 (ATA 5º REUNIÃO DE COLEGIADO DO GPP, 2013), quando foi composto pelos sete docentes do curso à época: Christiana Soares de Freitas; Daniel Bin; Leonor Câmara; Luiz Fernando Macedo

Bessa; Magda de Lima Lúcio; Sheila Cristina Tolentino Barbosa; e Suylan de Almeida Midlej e Silva, sendo coordenado pela coordenadora do curso. Desde então, atuou, principalmente, para garantir a manutenção do PPC, com inclusão de disciplinas optativas e renovação dos regulamentos do curso, bem como para promover algumas adequações curriculares em função da aprovação da DCN de Administração Pública. Foi renovado por meio de Ato da Chefia do Departamento n° 07/2018, de 21/03/2018 (anexo neste processo) e já realizou três reuniões para discutir novo regulamento e acompanhar a renovação do PPC junto à Comissão de Reformulação. As reuniões ocorreram nos dias 2/5, 29/5 e 19/6/2018, conforme atas das reuniões (anexas neste processo).

Segundo o Art. 5º do novo regulamento do NDE, são suas atribuições: acompanhar a execução do projeto pedagógico do curso; avaliar periodicamente o projeto pedagógico; contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; zelar pela articulação e pertinência curricular da disciplinas ministradas por departamentos externos ao GPP; indicar formas de incentivo do desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas, no contexto da construção do Campo de Públicas.

Hoje, é composto por cinco docentes: Franco de Matos; Luiz Fernando Macedo Bessa; Rosana Boullosa; Sheila Cristina Tolentino Barbosa; e Suylan de Almeida Midlej e Silva, três deles participaram da composição anterior do Núcleo, quatro atuam em regime de tempo integral e um em tempo parcial. É coordenado pela coordenadora do curso e tem reuniões mensais, com discussões voltadas para o aperfeiçoamento do PPC e sua implantação.

Coordenador/a do curso

O coordenador do curso é o responsável, junto com o NDE pela integração e gestão dos processos pedagógicos do curso. Ao coordenador cabe presidir as reuniões pedagógicas do colegiado do curso e do NDE. Sua articulação com os colegiados superiores da universidade se dá pela participação nas reuniões do Conselho da Face. Também cabe ao coordenador organizar todas as atividades de graduação, incluindo os trâmites de matrícula, ajuste e trancamento em disciplinas.

Conforme Resolução CEPE/UnB 008/1989, compete ao coordenador coordenar e delegar atribuições para a implementação de atividades acadêmicas e administrativas do curso; articular, com o Decanato de Ensino de Graduação e seus órgãos de apoio, a explicitação e implantação de uma política de ensino de graduação; articular, com o Chefe de Departamento o tratamento das questões acadêmicas e administrativas necessárias ao cumprimento de suas funções;

integrar a respectiva Congregação de Carreira de Cursos de Graduação; articular, com os representantes de Departamento nas Congregações de Carreira dos Cursos de Graduação, nas quais o seu respectivo Departamento tem representatividade, as questões acadêmicas de sua responsabilidade; articular, com os demais Coordenadores de Graduação, o oferecimento de disciplinas obrigatórias e/ou optativas do currículo de sua responsabilidade; articular, com os demais Coordenadores de Departamento, a integração e o desenvolvimento de uma política de ensino e das ações a ela relacionadas; articular, com o Centro Acadêmico do seu respectivo curso, o tratamento das questões que interessam ao mesmo, e promover a divulgação entre os estudantes das informações relevantes à vida acadêmica; submeter aos colegiados competentes os assuntos relativos à Coordenação de Graduação; analisar e divulgar a demanda por vagas no seu respectivo curso; coordenar o planejamento da oferta, intra e interdepartamental, de disciplinas, e atividades do respectivo curso, compatibilizando-o à demanda; planejar e elaborar a lista de oferta de disciplinas do respectivo curso de graduação; submeter à consideração e aprovação do Colegiado do Departamento a lista de oferta de disciplinas e apresentar a mesma à Congregação de Carreira do Curso de Graduação, para sua aprovação; orientar e efetivar o processo de matrícula dos alunos do curso de graduação, e/ou estudar e coordenar formas alternativas de fazê-lo, observadas as peculiaridades do seu respectivo curso; assessorar o(s) professor(es) designado(s) na apreciação de processos de aproveitamento de estudos; estimular a interação de professores de uma mesma disciplina e apoiar as atividades interdisciplinares.

Além dessas atribuições institucionais, atuar em conjunto com a Chefia de Departamento e a Direção da Faculdade para melhoria das condições de infraestrutura pedagógica em todos os cenários de prática do curso. Atuar junto ao NDE nas demandas relacionadas à organização pedagógica do curso, em especial, na integração com os demais cursos da Universidade para o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.

É membro do NDE do Curso desde sua primeira composição, atuando como presidente do Núcleo desde abril de 2018. Tem regime de trabalho de 40 horas (tempo integral) com Dedicação Exclusiva na instituição. A carga horária dedicada à coordenação do curso é de aproximadamente 20 horas semanais para atendimento docente, discente e atividades de gestão, tais como: tramitação de documentos, emissão de pareceres referentes a atividades de graduação (aproveitamento de créditos, revisão de menções etc.) e acompanhamento de estudantes em situação crítica no curso (risco de desligamento, condição etc.). Soma-se a estas horas as atividades de participação nas reuniões pedagógicas do Colegiado do curso, as atividades mensais nas reuniões do Conselho da Face, além das reuniões do NDE e do acompanhamento de Estágio Supervisionado Obrigatório.

Participação e representação discente

O Colegiado do Departamento conta com representação discente dos alunos regularmente matriculados no Curso de GPP, na proporção de 1/5 do total de membros docentes do quadro de pessoal permanente em exercício do Colegiado. Os representantes e os suplentes dos discentes são escolhidos entre seus pares, ao início de cada mandato da chefia do departamento, pelo mesmo período do mandato, sendo permitida a recondução. Normalmente, os discentes são indicados pelo Centro Acadêmico do Curso de Gestão de Políticas Públicas (Capop) e formalmente comunicados para a Chefia do Departamento. Os discentes têm participação nas reuniões de colegiado e eleições para escolha da chefia do departamento e coordenação de curso.

Recursos Humanos

O departamento de Gestão de Políticas Públicas conta com um corpo docente de 11 professores, sendo dez do quadro efetivo e uma professora em cooperação técnica. Em relação ao pessoal técnico administrativo, o departamento conta com uma secretária executiva, uma secretária técnica, um assistente administrativo e estagiários, quando há possibilidade. A gestão e coordenação acadêmica são exercidas por um chefe de departamento, um subchefe e um coordenador de curso.

2. Integração Interinstitucional

No GPP, a integração interinstitucional se deu desde a fase inicial de implantação do curso, sobretudo com as redes públicas de ensino fundamental e médio a partir do projeto de extensão “Divulgação do curso Gestão de Políticas Públicas da UnB e discussão da temática junto à sociedade”, que durou de 2010 a 2015. Este projeto tinha como objetivo ampliar a visibilidade do curso GPP, debatendo a importância da gestão de políticas públicas para a transformação social. A metodologia consistia em reuniões semanais com estudantes e professores e realização de visitas às escolas públicas e privadas de Brasília e Regiões Administrativas. Durante esse período, mais de 50 estudantes fizeram parte do projeto e cerca de cinco professores do curso. Foram produzidos materiais didáticos e de divulgação para as palestras e distribuição na rede de escolas públicas do Distrito Federal.

Também tem ocorrido relação de parceria com organizações do setor público e privado sem fins lucrativos, desde 2012, por meio do Estágio Supervisionado Obrigatório em forma de Residência em Políticas Públicas. São elaborados ofícios e planos de trabalho visando essa parceria por cerca de dois meses a cada semestre letivo, quando os alunos realizam imersão acadêmica em pesquisa para análise dos processos de gestão de políticas públicas nas referidas organizações. Esse contato é feito sempre no semestre que antecede a pesquisa e, ao final, são enviados os relatórios de pesquisa, com breve questionário para que as organizações avaliem a experiência de parceria.

É possível citar como exemplo de parcerias algumas organizações. Na esfera federal: Ministérios do Trabalho, Planejamento, Cultura, Minas e Energia, Integração, Direitos Humanos, Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social, Esporte, Saúde, Cidades, Indústria e Comércio, Justiça e Cidadania e Controladoria-Geral da União (CGU). Também nas respectivas secretarias de governo, como Secretaria Nacional de Economia Solidária, e outras, órgãos como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), entre outros. Câmara dos Deputados e Senado Federal. Em âmbito distrital, nas Secretarias de Educação, incluindo várias escolas da rede de ensino médio e fundamental (em diversas regiões administrativas), Cultura, Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia e Mobilidade. Organizações governamentais como Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Instituto Fiscalização e Controle (IFC) e outras. Empresas sem fins lucrativos, como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e organismos internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Outras parcerias têm sido realizadas por meio de grupos de pesquisa coordenados por docentes do GPP, como é o caso do Laboratório de Gestão de Políticas Penais (LabGEPEN), que congrega a participação de pesquisadores com trajetórias acadêmicas e profissionais, oriundos da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal do Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Goiás (UFG), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), além de estar em processo de aproximação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). Por sua vez, o Grupo de Pesquisa em Instrumentos e Tecnologias de Gestão (GEPIN) realiza projetos de modo articulado com entes da administração pública e da sociedade civil: em parceria com a Associação Brasileira de Advogadas (ABRA), o GEPIN promove projeto extensionista de formação voltada à gestão pública para o desenvolvimento; e, em parceria com o Departamento de Contabilidade (CCA), o GEPIN vem desenvolvido processos de produção de conhecimentos e tecnologias de gestão visando o aperfeiçoamento da governança do Sistema Único de Saúde (SUS) e ainda para dezenas de tribunais de contas municipais no estado de Goiás. Também o grupo de pesquisa Estado, Regulação, Internet e Sociedade se articula com outros centros de pesquisa, integrando a rede do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT DD). E o Grupo de Estudos Sociedade e Estado no Combate à Corrupção (Gesocc), que possui docentes de outras universidades, como a Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorandos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A colaboração de docentes com redes de pesquisas nacionais e internacionais

também é relevante de mencionar, por suas capacidades de reinscrição de sentidos para as aulas, projetos de pesquisas de iniciação científica e de orientação. Em 2018, há colaborações em curso com:

- *Institut de Recherche pour le Développement* (Instituto de Pesquisas para o Desenvolvimento - IRD), organismo francês de pesquisa voltado a questões sobre desenvolvimento urbano e governança metropolitana;
- Projeto *Gateway Cities and their Hinterland: Global Cities from the Global South as Nodes in Global Commodity Chains* (Cidades de Entrada e seu interior: cidades globais do Sul global como nexos nas cadeias de commodities global, com coordenação pela Universidade de Colônia, na Alemanha), financiado pelo Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP);
- Projeto Universidade e desenvolvimento regional: as bases para a inovação, coordenado pela Universidade de Évora e financiado pela União Europeia e Ministério Integração Nacional;
- Projeto Urbis Amazônia, coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), financiado pela Fundação Vale e pelo CNPQ.

O GPP também preza pelo fortalecimento e a construção identitária de um campo de públicas, e participa de grupos e associações para estas finalidades. Docentes, estudantes e egressos se vinculam a associações voltadas ao Campo de Públicas, como é o caso da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), da Associação Brasileira dos Profissionais do Campo de Públicas (ProPública) e da Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (FENECAP). Cada uma dessas instituições representativas conta ou contou com a colaboração de membros oriundos do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da UnB em sua diretoria.

Ademais, a participação de professores em cursos de pós-graduação na Universidade de Brasília também repercute em ganhos para os graduandos em Gestão de Políticas Públicas. Doutorandos dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional e de Administração, orientados por professores do GPP, têm realizado estágio docente e colaboração com disciplinas optativas no GPP, partilhando abordagens inovadoras e contribuindo para a integração entre a graduação e a pós-graduação.

3. Apoio ao Discente: dados do curso sobre as políticas de apoio ao discente.

A UnB possui uma política de apoio aos discentes baseada em um conjunto de programas e ações que garantem assistência estudantil e orientação acadêmica. Os programas de apoio ao discente da UnB são desenvolvidos pelos Decanatos de Assuntos Comunitários (DAC), de Ensino de Graduação (DEG), Extensão (DEX) e Pesquisa e Pós-Graduação (DPP); além de outros programas especiais. O GPP orienta seus discentes a buscarem esses programas, mas também presta apoios pontuais de acordo com as demandas.

Orientação acadêmica

A coordenação do curso busca acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos e fazer orientações pontuais em relação às dificuldades de ordem pessoal que possam influenciar o rendimento acadêmico. Atua de maneira complementar na mitigação de possíveis intercorrências entre docentes e discentes e no suporte às disciplinas no processo ensino/aprendizagem, auxiliando também os professores nesta situação. A coordenação estabelece relação direta com o Centro Acadêmico do Curso de Gestão de Políticas Públicas (CAPOP) para acolhimento dos novos ingressantes no curso durante a Semana do Calouro, evento que ocorre semestralmente, visando maior inclusão estudantil.

Monitoria de graduação

A monitoria é um processo acadêmico por meio do qual alunos auxiliam alunos regularmente matriculados e ajudam na promoção de ensino/aprendizagem. Os monitores de uma disciplina são alunos de graduação que já obtiveram aprovação na disciplina acima da média e oferecem apoio pedagógico ao professor da disciplina e aos alunos. A monitoria pode despertar o interesse pela docência, se configurando uma iniciação à prática docente por meio do desenvolvimento de atividades ligadas ao ensino. No GPP, há uma alta demanda pela atividade de monitoria e tem se revelado uma boa experiência de prática docente.

Iniciação Científica Programa de Iniciação Científica (PROIC)

A UnB promove o Programa de Iniciação Científica com o objetivo de envolver os alunos em atividades científicas e tecnológicas e também para formá-los como futuros pesquisadores, incentivando talentos potenciais, despertando a vocação e o pensar científicos. Os professores do GPP incentivam a promoção do Programa junto aos seus estudantes, inclusive na participação em eventos e na produção de artigos para apresentação dos resultados das pesquisas.

Extensão Universitária

Extensão é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação entre universidade e outros setores da sociedade. Na UnB são promovidos os seguintes tipos de ação de extensão: a) Cursos de

extensão: são aqueles ministrados na UnB, de forma presencial ou à distância, e que respondem a demandas não atendidas pela atividade regular do ensino formal de graduação ou de pós-graduação; b) Eventos: são atividades de curta duração – palestras, seminários, exposições, congressos, workshops, entre outras –, que contribuem para a disseminação do conhecimento; c) Projetos de extensão de ação contínua: têm como objetivo o desenvolvimento de comunidades, a integração social e a integração com instituições de ensino. São projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo, podendo ser renovados a cada 2 anos, mediante solicitação encaminhada à Câmara de Extensão (CEX); d) Programas especiais: compreendem atividades de duração determinada que, inicialmente, não se enquadram na estrutura básica das atividades previstas pelo Decanato de Extensão (DEX); e) Programas permanentes: são empreendimentos que se caracterizam por uma organização estável e por disponibilizarem uma infraestrutura para a divulgação científica, artística e cultural.

Mobilidade e intercâmbio

A UnB oferece aos seus estudantes de graduação, regularmente matriculados, a possibilidade de realização de seus estudos em outras instituições de ensino superior brasileiras. Para participar do programa de mobilidade, o estudante deve ter concluído, pelo menos, 20% da carga horária de integralização do curso de origem e ter, no máximo, duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade. O estudante da UnB, ao ser registrado em outra IFES, deverá seguir as normas acadêmicas da instituição que o receber. Os prazos de solicitação de participação ocorrem até 31 de maio e até 31 de outubro, de cada ano, para os semestres letivos subsequentes. O GPP tem tanto acolhido estudantes de outras IES como enviado seus estudantes para outras instituições.

Assistência Estudantil

Somando-se ao trabalho desenvolvido pela Coordenação de Graduação em conjunto com a Chefia de Departamento e a Direção da Faculdade de Administração, Economia, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, a UnB ainda possui um consistente programa de assistência estudantil, incluindo programas para permanência, alimentação e moradia estudantil. Há ainda benefícios destinados à aquisição de livros e à participação em cursos de línguas. A obtenção desses auxílios se baseia em estudos socioeconômicos prévios coordenados pela equipe da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC).

Assim, são oferecidos programas como: 1) Alimentação gratuita nos restaurantes universitários (RU/FUB) com café da manhã, almoço e janta nos *campi* Darcy Ribeiro; 2) Auxílio-Alimentação como auxílio financeiro mensal aos estudantes de cursos presenciais do campus Darcy Ribeiro; e Programa de

Moradia, que é disponibilizado para os estudantes em situação de vulnerabilidade, dos cursos presenciais de graduação dos quatro *campi* da UnB, cujas famílias residem fora do DF e não possuam imóveis no DF.

Os alunos Portadores de Necessidades Especiais, com deficiências definidas no Decreto nº 3298/1999, uma vez tendo sua deficiência ou incapacidade diagnosticada e caracterizada por equipe multidisciplinar de saúde e homologada por junta médica da UnB ou parecer da equipe PPNE/UnB, são cadastrados no Programa de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais para que seja propiciada e garantida a igualdade para seu desempenho acadêmico. Os alunos PPNE terão como direito durante sua vida acadêmica adaptações de provas, tempo adicional para realização de provas, adaptação de recursos físicos, eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação de ambiente de comunicação, apoio especializado necessário, intérprete de língua de sinais e ledor, conforme necessidade educacional especial apresentada. Esses alunos terão suas matrículas em disciplinas priorizadas e poderão ser beneficiados com exercícios domiciliares, quando couber.

Há, ainda, a Ouvidoria da Universidade de Brasília, órgão responsável pelo apoio às reclamações de toda a comunidade universitária em questões que se relacionem ao funcionamento das diversas instâncias acadêmicas e seus componentes.

Apoio psicopedagógico

Há na UnB o Serviço de Orientação ao Universitário (SOU), que é um serviço que tem por objetivo contribuir para a garantia do desenvolvimento integral do estudante de graduação por meio de ações diversas junto a toda a comunidade universitária para a melhoria do processo educacional realizado. Essas ações, executadas por uma equipe de profissionais de Pedagogia e Psicologia, envolvem mediação de relações interpessoais, orientação acadêmica, discussão de metodologias de ensino, construção de parcerias com diversos setores e membros da universidade e elaboração de políticas institucionais voltadas à melhoria da qualidade da educação universitária. O GPP, por meio da coordenação do curso ou dos professores, orienta seus alunos a buscarem o SOU em caso de necessidade de apoio psicopedagógico ou psicológico.

4. Interação e comunicação

Professores e alunos do curso de Gestão de Políticas Públicas dispõem de adequada dinâmica de interação e comunicação por meio dos sistemas internos de informações acadêmicas, a exemplo do Sigra, contendo informações necessárias para matrícula de disciplinas, e do portal eletrônico da UnB, com informações gerais sobre o funcionamento do semestre letivo. Também contam com o apoio de ambientes virtuais de ensino e aprendizagem. Em sala de aula,

há recursos tecnológicos como computadores, equipamentos multimídia e quadro que também facilitam o ensino e a aprendizagem. No caso do GPP, uma forma de comunicação muito utilizada entre estudantes, professores e técnicos-administrativos é a página do curso no Facebook, onde são divulgados eventos, oportunidade de estágios, bolsas de pesquisa e trabalho, além de informações sobre as disciplinas, o que tem auxiliado na proximidade entre docentes e discentes. As publicações mais normativas têm sido divulgadas por meio de editais (monitoria, atividades complementares, bolsas e eventos) ou outras comunicações.

Tecnologias de Informação e Comunicação

No GPP, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são utilizadas para os processos de aprendizagem durante realização das disciplinas, mais frequentemente por meio do ambiente virtual de ensino e aprendizagem Moodle, acessado no portal Aprender da UnB. Este ambiente possibilita armazenamento de conteúdos diversos, desde material didático e bibliográfico até exercícios e atividades de avaliação. Por meio do sistema Pérgamo, gerenciado pela Biblioteca Central da UnB, é também possível ao estudante acessar livros, periódicos, teses e dissertações, coleções especiais, base de dados de forma geral e biblioteca digital. Vale ressaltar que a Biblioteca promove treinamento de pesquisa em bases em dados para docentes e discentes. Também utilizando login e senha, o estudante tem possibilidade de usar a internet em toda a universidade, com a rede unb wireless.

5. Corpo Docente

O corpo docente do GPP é em sua totalidade composto por doutores, com experiência pedagógica e profissional, o que tem contribuído nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa experiência tem auxiliado no acompanhamento dos discentes no tocante à sua atuação acadêmica, por meio da sua inclusão em grupos de pesquisa e participação em seminários, palestras e rodas de conversa. Isso tem levado à participação dos estudantes em eventos científicos, o que tem gerado publicações em anais e em periódicos. A formação dos professores tem ajudado também na orientação profissional, sobretudo por meio da facilitação nos contatos com organizações públicas e não governamentais para o estágio supervisionado obrigatório, possibilitando, muitas vezes, relações de trabalho.

O corpo docente em sua grande maioria trabalha em regime de Dedicação Exclusiva (DE), apenas uma professora possui tempo parcial (20h). Isso tem permitido atender a demanda do curso desde a participação em reuniões e comissões, até a avaliação de processos e atividades extraclasse, como palestras, seminários, rodas de conversa e outros eventos.

A maioria dos professores do GPP possui vasta experiência docente, desde a atuação no ensino de graduação, ministrando disciplinas variadas e com diversas metodologias, como na pós-graduação, muitas vezes na coordenação de programas de pós-graduação, de núcleos ou grupos de pesquisa ou de turmas de mestrado profissional e especializações. O corpo docente teve grande produção científica nos últimos três anos, com publicação em cerca de 40 periódicos científicos na área de administração/gestão pública e mais dez em periódicos de outras áreas. Também foram publicados 11 livros ou capítulos de livros e cerca de 50 trabalhos em anais de eventos.

Em função de o Curso de Gestão de Políticas Públicas ser de natureza aplicada, muitos dos seus professores tiveram experiência profissional na administração pública antes ou após o ingresso na vida universitária. Alguns tiveram vivência em Ministérios, Secretarias de Estado, Superintendência Nacional, Institutos de Pesquisa e Escola de Governo, exercendo, inclusive, cargos de direção, com acompanhamento de processos e dinâmicas da gestão pública. Outros trabalharam em empresa pública, atuando na área de orçamento e processos administrativos.

Uma das docentes vivenciou a experiência na elaboração de Planos Diretores Municipais e Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável no Estado do Pará e outros assessoramentos a projetos de prefeituras da região. Outra docente foi consultora técnica para a Organização Panamericana da Saúde (OPAS), no âmbito da cooperação técnica internacional para o aperfeiçoamento da gestão estratégica e participativa na saúde pública, mediando projetos entre o Ministério da Saúde brasileiro e Ministérios da Saúde latino-americanos e europeus. Também atuou como consultora para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), produzindo pesquisa sobre determinantes sociais e saúde pública na América Latina em 2013. Um dos docentes, ainda, foi Coordenador Geral de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo responsável pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) e pelos programas de crédito vinculados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Foi também consultor sênior da Organização Internacional do Trabalho, do Banco Interamericano de Desenvolvimento na área de Políticas de Emprego, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na área de políticas públicas e mercado de trabalho.

Vale ressaltar que uma das docentes, que possui tempo parcial, é da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, o que tem auxiliado, sobremaneira, na aproximação dos estudantes com a administração pública e na interação conteúdo e prática.
Todas essas experiências têm contribuído para aproximar os discentes do mundo do trabalho, os capacitando para a resolução de problemas práticos e de conflitos relacionados a diversas áreas de possível atuação profissional para eles.

Quadro 2 – Relação de docentes do GPP por titulação

Docente	Matrícula FUB	Titulação	Atividades
Ana Paula Vidal Bastos	1081331	Doutora	Ensino, pesquisa e extensão
Christiana Soares de Freitas	999555	Doutora	Ensino, pesquisa e extensão
Daniel Bin	1009605	Doutor	Ensino, pesquisa e extensão
Fernanda Natasha Bravo Cruz	1102982	Doutora	Ensino, pesquisa e extensão
Franco de Matos	1094793	Doutor	Ensino, pesquisa e extensão
Luiz Fernando Macedo Bessa	1036157	Doutor	Ensino, pesquisa e extensão
Magda de Lima Lúcio	1041959	Doutora	Ensino, pesquisa e extensão
Ricardo Corrêa Gomes	1034651	Doutor	Ensino, pesquisa e extensão
Sheila Cristina Tolentino Barbosa	1045440	Doutora	Ensino, pesquisa e extensão
Suylan de Almeida Midlej e Silva	1041932	Doutora	Ensino, pesquisa e extensão

6. Professores Colaboradores

a) Substitutos

Docente	Matrícula FUB	Titulação	Atividades
Ana Paula Antunes Martins	1111124	Doutora	Ensino, pesquisa e extensão
Maria Eugênia Diniz Figueiredo Cireno	1108921	Mestra	Ensino, pesquisa e extensão

b) Voluntários

Docente	Matrícula FUB	Titulação	Atividades
Janaina Lopes Pereira Peres	1097423	Mestra	Ensino, pesquisa e extensão

Lúcia de Fátima Nascimento de Queiroz	1105426	Doutora	Ensino, pesquisa e extensão
Mauro Guilherme Madaina Capelari	1100254	Doutor	Ensino, pesquisa e extensão
Rodolpho Emerson Silva de Vasconcellos	1104098	Mestre	Ensino, pesquisa e extensão

O GPP tem contado com colaboração de professores voluntários semestralmente, de acordo com demanda do curso e oferta de professores que possuem doutorado ou estão em fase de doutoramento. A lista acima se refere aos professores voluntários do semestre 2018-1.

c) Cooperação Técnica

Docente	Matrícula FUB	Titulação	Atividades
Rosana de Freitas Boullosa	1098781	Doutora	Ensino, pesquisa e extensão

A cooperação técnica está sendo realizada entre o Departamento de Gestão de Políticas Públicas e o Departamento de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) pelo período de 2 (dois) anos, a partir de janeiro de 2017, a título de Colaboração Técnica, da servidora Rosana de Freitas Boullosa, ocupante do cargo de Professora do Magistério Superior do Quadro de Pessoal da UFBA, para que esta atue no Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, nos termos do inciso II, § 1º do artigo 30 da Lei n. 12.772, de 2012. Foi efetivada nos termos da Portaria nº 10, *in* DOU de 19 de janeiro de 2017, seção 2, página 26.

CAPÍTULO IV - INFRAESTRUTURA

1. Infraestrutura física

O campus Universitário Darcy Ribeiro (Asa Norte de Brasília) é a unidade central da UnB, ocupando uma área com 3.950.569,07 km², sendo 532.327 m² de área construída[1]. É composto por doze institutos, onze faculdades, 55 departamentos, cerca de 440 laboratórios, 21 centros, sete decanatos, seis órgãos complementares (Biblioteca Central, Centro de Informática, Editora Universidade de Brasília, UnBTV e Hospital Universitário de Brasília) e seis secretarias. Ainda há o Hospital-Escola para Animais de Pequeno Porte. Possui 60 Cursos de Graduação, em março de 2018 haviam 32.774 alunos matriculados no campus. (http://www.unb.br/sobre/numeros).

O prédio da FACE atende à legislação sobre acessibilidade, com rampas que possibilitam acesso às suas instalações, contemplando demandas de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Também possui sinalização de piso para deficiente visual.

O GPP funciona no prédio da Face, inaugurado em 15 de outubro de 2012. A Faculdade possui uma área construída de 8.000 m^2, com oito salas de aula; 135 salas para professores; uma sala de estudos para 55 alunos; duas salas de reunião, oito secretarias, três consultorias e quatro laboratórios de informática. Todos os laboratórios funcionam com monitores, que auxiliam os estudantes no uso dos equipamentos. Possui também dois auditórios, sendo um com capacidade para 110 pessoas e outro para 80 pessoas, além de diversos jardins e áreas abertas de socialização para professores e alunos[2].

Todos os docentes do GPP possuem salas próprias, sendo a grande maioria individuais. O Curso também possui uma sala para a prática de ensino relacionada ao estágio supervisionado obrigatório e ao trabalho de conclusão de curso, que é a Sala da Residência em Políticas Públicas, próxima à sala da coordenação e da secretaria do curso. Para a convivência docente, geralmente é utilizada alguma sala de reunião da Face. A sala do Centro Acadêmico do GPP também integra as instalações do Curso no prédio da Face. No mesmo prédio estão localizados dois laboratórios especializados, de uso coletivo para os estudantes de todos os cursos da Faculdade. As salas de aula ficam localizadas nos dois pavilhões ao lado do prédio da Face, o Anísio Teixeira e o João Calmon e todas são equipadas com aparelhos para fins didáticos e visuais, com acesso à internet e acomodação para a quantidade de aluno prevista em cada disciplina.

---

[1] UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Relatório de Gestão 2017. Disponível em: http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=811&Itemid=816 Acessado em 22/6/2018.

[2] FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Infraestrutura. Disponível em: http://www.face.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=672. Acessado em 22/6/2018.

2. Infraestrutura de gestão

A Coordenação de Graduação possui ambiente próprio, com sala que permite atendimento e diálogo individualizado com alunos e professores. Há a disposição da coordenação computador e telefone fixo exclusivo, além da infraestrutura administrativa da secretaria do Departamento de Gestão de Políticas Públicas. De maneira complementar, a Face dispõe de salas específicas para reuniões com projetores, quadros e ar condicionado, com capacidade de 20 lugares, permitindo o encontro da coordenação com todos os docentes, caso necessário. Há ainda na Faculdade dois auditórios equipados com projetores, computadores, microfones e ar condicionado, com capacidade entre 80 e 180 pessoas que permitem a realização de encontros entre a coordenação e todo o alunado de GPP. Nesse sentido, os auditórios têm sido utilizados para aulas, reuniões, palestras, seminários e rodas de conversa.

A sala da secretaria de graduação tem se prestado a dar suporte à coordenação e à chefia do Departamento de GPP e ao atendimento de discentes e docentes para orientações quanto aos procedimentos de várias atividades e para aquisição de documentos diversos e atendimento aos estudantes portadores de necessidades especiais.

3. Acervo de Biblioteca

A Biblioteca Central (BCE) é o órgão da Universidade de Brasília responsável pelo provimento de informações às atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade. O acervo da BCE tem atendido às demandas dos discentes e docentes do curso de GPP por estar catalogado e informatizado, com número suficiente de exemplares por estudantes. Salienta-se que todos os estudantes têm acesso à base de dados da plataforma da biblioteca. Os títulos passam por constante atualização e o GPP participou do último edital de compras, indicando Bibliografia, conforme as unidades curriculares do Curso contidas no PPC. Toda a lista de títulos foi referenda pelo NDE e aprovada no colegiado do Curso. Os professores do GPP têm consultado constantemente o acervo virtual de periódicos especializados disponível na Biblioteca para atualizar a bibliografia básica e ampliar a bibliografia complementar das suas respectivas disciplinas.

ANEXOS

ANEXO 1 - REGULAMENTO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ART. 1º - O curso de graduação noturno de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas destina-se à formação de pessoas de nível superior aptas a realizarem a gestão de políticas públicas em seu sentido amplo.

ART. 2º - O curso será ministrado em duração plena, abrangendo um total mínimo de 200 créditos (3000 horas), sendo o limite máximo de integralização de Módulo Livre (ML) estabelecido em 24 créditos (360 horas).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As disciplinas obrigatórias perfazem um total de 116 créditos (1.740 horas) e as disciplinas optativas e/ou de Modulo Livre perfazem um total de 54 créditos (810 horas).

PARÁGRAFO SEGUNDO. As atividades complementares equivalem a no máximo 30 créditos (450 horas).

PARÁGRAFO TERCEIRO. A soma das atividades complementares e do Módulo Livre equivale a no máximo 54 créditos (810 horas), de forma a que a integralização do curso exija um mínimo de 30 créditos em disciplinas optativas.

PARÁGRAFO QUARTO – O Estágio Curricular Supervisionado em Políticas Públicas ocorrerá por meio da disciplina Residência em Políticas Públicas, perfazendo um total de 8 créditos (120 horas).

PARÁGRAFO QUINTO – O Trabalho de Conclusão de Curso se dará na modalidade Monografia, com cumprimento de 8 créditos (120 horas).

ART. 3º - O curso incluirá as seguintes disciplinas Obrigatórias (A) e Optativas, da área de Concentração (AC) ou de Domínio Conexo (DC):

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS		
Código	**Disciplina**	**Área**
186457	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	AC
133230	ECONOMIA P/ POL PÚBLICAS	AC
200816	ECONOMIA POLÍTICAS PÚBLICAS 2	AC
200824	ESTADO, GOV POLÍTICAS PÚBLICAS	AC
188638	ÉTICA E POLÍTICA	AC
132039	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	DC
200794	FUNDAMENTOS DA ADM PÚBLICA	AC
185850	FUNDAMENTOS DE POL PÚBLICAS	AC
139203	HISTÓRIA SOC E POL DO BRASIL	DC
181013	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	AC
185035	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	AC

132012	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	AC
186384	INTRODUÇÃO T ORGANIZACIONAIS	AC
188620	MÉT QUANT APL POL PÚBLICAS	AC
110272	METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA À GPP	AC
110281	PROJETO DE PESQUISA EM GPP	AC
203238	POLÍTICA FISCAL E SOCIEDADE	AC
147389	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL 1	DC
100323	RESIDÊNCIA POLÍTICAS PÚBLICAS	AC
185051	TEORIA POLÍTICA MODERNA	AC
Criação	INTRODUÇÃO À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	AC
Criação	PROCESSO DECISÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS	AC
Criação	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	AC
Criação	DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	AC
		AC
Criação	AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	AC
Criação	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	AC

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Código	Disciplina	Área
202398	ABORDAGENS C EST ORGANIZAÇÕES	DC
194280	ADM DAS ORGAN EDUCATIVAS	DC
173070	ADM DE SERVICOS DE SAUDE	AC
181692	ADM FINAN E CONTAB PUBLICA	AC
202363	ADMINISTRAÇÃO DA QUALIDADE	DC
181307	ADMINISTRAÇÃO PRODUÇ OPERAÇÕES	DC
186112	ADMINISTRACAO PUBL COMPARADA	AC
205800	ANÁLISE CUSTO BEN AMB PROJETOS	DC
181064	ANÁLISE DE DECISÕES 1	DC
136620	ANALISE DE POLITICAS SOCIAIS	AC
202380	ANÁLISE ORG, SISTEM E MÉTODOS	DC
185213	ANÁLISE POLÍTICA	DC
135321	ANTROPOLOGIA POLÍTICA	DC
187348	ATIVIDADE DE EXTENSÃO 1	AC
187356	ATIVIDADE DE EXTENSÃO 2	AC
185515	AVAL DE POL GOVERNAMENTAIS	AC
194794	AVALIAÇÃO ORG EDUCATIVAS	AC
113042	CÁLCULO 2	DC
186201	CALCULO FINANCEIRO	DC
185841	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GOVERNO	DC
185159	COMPORTAMENTO POLÍTICO	AC
181129	CONTABILIDADE GERAL 1	DC
181129	CONTABILIDADE GERAL 1	DC
132144	CONTABILIDADE NACIONAL	AC

186759	CONTR E AVAL DA GESTAO PUBLICA	AC
115223	DEMOGRAFIA	AC
125156	DESENV PSICOLÓGICO E ENSINO	AC
132217	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	DC
184136	DIREITO ADMINISTRATIVO 1	AC
184144	DIREITO ADMINISTRATIVO 2	AC
184110	DIREITO CONSTITUCIONAL 1	AC
184128	DIREITO CONSTITUCIONAL 2	AC
184284	DIREITO DO TRABALHO 1	DC
184161	DIREITO FINANCEIRO	DC
184187	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	DC
201227	DIREITO SANITÁRIO	AC
184179	DIREITO TRIBUTÁRIO	DC
199851	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	AC
126055	DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES	DC
138967	ECO POL E CAPITALISMO	DC
200956	ECONOMIA AMBIENTAL E ECOLÓGICA	DC
132233	ECONOMIA BRASILEIRA	DC
205796	ECONOMIA DA POLÍTICA AMBIENTAL	DC
201219	ECONOMIA DA SAÚDE	AC
132551	ECONOMIA DO SETOR PUBLICO	DC
132918	ECONOMIA ESTATISTICA	DC
201995	ECONOMIA FINANCIAMENTO SAÚDE	AC
132527	ECONOMIA INDUSTRIAL	DC
133132	ECONOMIA LATINO-AMERICANA	DC
132471	ECONOMIA POLITICA 1	DC
197009	ECONOMIA POLÍTICA 1	AC
197297	ECONOMIA POLITICA 2	AC
133019	ECONOMIA POLITICA 2	DC
132861	ECONOMIA QUANTITATIVA 1	DC
205834	ECONOMIA S EXT E MEIO AMBIENTE	DC
132543	ECONOMIA URBANA	DC
185094	ELITES POLÍTICAS	DC
200662	EMPREENDEDORISMO I TECNOLÓGICA	AC
192449	ENSINO HIST, IDENT E CIDADANIA	AC
137642	EPISTEMOL CIEN HUM E SOCIAIS	DC
205842	ESPAÇO RE URBANO MEIO AMBIENTE	DC
196037	EST POL AMB SUSTENTABILIDADE	AC
185604	ESTADO E DESENV NO BRASIL	AC
187275	ESTADO E TEORIA POLÍTICA	DC
115011	ESTATÍSTICA APLICADA	DC
115118	ESTATÍSTICA EXPLORATÓRIA	AC
185566	ESTRUTURA DO PODER NO BRASIL	AC
130311	ESTUDOS COMPAR SOBRE AMÉRICAS	DC

138118	ESTUDOS REGIONAIS 1	AC
188476	ÉTICA E DIREITO	DC
203432	ÉTICA, BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO	AC
137413	EVOL DO PENS FIL E CIENTÍFICO	DC
132993	EVOL IDEIAS ECO SOCIAIS	DC
186716	EXECUCAO DA GESTAO PUBLICA	AC
137634	FILOSOFIA DA LINGUAGEM	DC
137626	FILOSOFIA SOCIAL E POLITICA	DC
181161	FINANÇAS PÚBLICAS	AC
194379	FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	AC
205877	FRANCÊS 1	DC
205885	FRANCÊS 2	DC
205893	FRANCÊS 3	DC
205419	FUND ECO DO MEIO AMBIENTE	DC
138266	GEOGRAFIA HUMANA 1	AC
138282	GEOGRAFIA HUMANA E ECONÔMICA	AC
138339	GEOGRAFIA POLÍTICA	AC
138193	GEOGRAFIA URBANA 1	AC
105678	GEST INOV PROC CRIT ORGAN SER	AC
186066	GESTÃO DA INOVAÇÃO	AC
186571	GESTÃO DE DESEMPENHO	DC
207021	GESTÃO DE ORG FINS LUCRATIVOS	AC
202185	GESTÃO DE PROCESSOS	DC
186431	GESTÃO DE PROJETOS	AC
177385	GESTÃO EM POLITICAS DE SAÚDE	AC
202177	GESTÃO MUDANÇA ORGANIZACIONAL	DC
181081	GESTÃO PESSOAS ORGANIZAÇÕES	DC
181081	GESTÃO PESSOAS ORGANIZAÇÕES	DC
202207	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	DC
202193	GESTÃO RESPONS SOCIOAMBIENTAL	AC
202908	GESTÃO SIST SERVIÇOS DE SAÚDE	AC
207012	GOVERNO ELETRÔNICO P PÚBLICAS	AC
132047	HIST DO PENSAMENTO ECONOMICO	DC
185027	HIST SOC E POL LAT-AMERICANA	DC
139114	HISTÓRIA DA AMÉRICA 1	AC
132021	HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	DC
139190	HISTÓRIA SOCIAL E POL GERAL	DC
207756	HISTORIOGRAFIA	AC
135348	IDENTIDADE E RELAÇÕES INTERÉTNICAS	AC
205753	INDICADORES DESENV SUSTENTÁVEL	DC
145971	INGLÊS INSTRUMENTAL 1	DC
142573	INGLÊS INSTRUMENTAL 2	DC
142981	INGLES: EXPRESSAO ESCRITA 2	DC
201375	INOVAÇÃO	AC

109762	INOVAÇÃO EM SERVIÇOS	AC
202215	INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	AC
199303	INSTITU GOVER E POL REGIONAIS	AC
136956	INSTITUIÇÕES PRÁTICAS SOCIAIS	DC
205851	INSTRUMENTO POLÍTICA AMBIENTAL	AC
199737	INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL	AC
120464	INTERNET E POLÍTICA	AC
115444	INTRO ESTATISTICA ECONOMICA	DC
199371	INTROD AO DESENV SUSTENTÁVEL	DC
139033	INTROD AO ESTUDO DA HISTÓRIA	DC
199290	INTROD AOS EST FUTURO BRASIL	DC
199460	INTROD AOS ESTUDOS POPULAÇÃO	DC
185001	INTROD EST REL INTERNACIONAIS	DC
134074	INTROD METOD CIÊNCIAS SOCIAIS	AC
113093	INTRODUCAO A ALGEBRA LINEAR	DC
135011	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	DC
186791	INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE	AC
132497	INTRODUCAO A ECONOMETRIA	AC
191299	INTRODUCAO À EDUCACAO ESPECIAL	DC
137553	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	DC
124010	INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA	DC
134465	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	DC
184896	INTRODUÇÃO AO DIREITO 2	DC
136581	INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL	DC
184918	LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA	DC
185507	LEGISLAÇÃO E PROCESSO POLÍTICO	AC
184691	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	DC
142328	LÍNGUA ESPANHOLA 1	DC
142336	LÍNGUA ESPANHOLA 2	DC
150649	LÍNGUA SINAIS BRAS - BÁSICO	AC
132357	MACROECONOMIA 1	DC
132870	MACROECONOMIA 2	DC
113018	MATEMÁTICA 1	DC
113026	MATEMATICA 2	DC
181200	MERCADO FINANCEIRO DE CAPITAIS	DC
135704	METOD QUALIT CIÊNCIAS SOCIAIS	DC
181102	MÉTODOS E MOD QUAN D DECISÃO 1	DC
202231	MÉTODOS E MOD QUANT DECISÃO 2	AC
134945	MÉTODOS SOCIOLÓGICOS	DC
132489	MICROECONOMIA 1	DC
132853	MICROECONOMIA 2	DC
188280	MODELOS PAR EXP JURÍDICA	DC
136638	MOVIMENTOS SOCIAIS	AC
185582	MUDANÇA POL NA AMÉRICA DO SUL	DC

202240	NEGOCIAÇÃO	AC
186121	ORCAMENTO PUBLICO	AC
194221	ORGANIZAÇÃO EDUC BRASILEIRA	DC
185493	PARTIDOS POL E SIST ELEITORAIS	DC
185434	PENSAMENTO POL LAT-AMERICANO	DC
185540	PENSAMENTO POLÍTICO NO BRASIL	AC
134694	PENSAMENTO SOL LAT-AMERICANO	DC
187364	PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA 1	DC
187372	PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA 2	DC
200948	PLAN PÚBLICO E MEIO AMBIENTE	AC
101028	PLANEJAMENTO A SOCIOAMBIENTAL	DC
205818	PLANEJAMENTO DE INV AMBIENTAIS	DC
186082	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	AC
169960	POL AGRIC E DESENVOLV RURAL	AC
106003	POL DE SEG ALIMENTAR E NUTR	AC
205711	POL PUB E MEIO AMBIENTE	DC
199311	POL PUB VOLTADAS PLAN GES AMB	AC
138576	POL PUBLICA E MEIO AMBIENTE	AC
185906	POL PÚBLICAS E TEORIA POLÍTICA	AC
180521	POL, SIS E SER DE SAÚDE	AC
185116	POLÍTICA BRASILEIRA 1	AC
185221	POLÍTICA BRASILEIRA 2	AC
185574	POLÍTICA E ECONOMIA	AC
185663	POLÍTICA E ECONOMIA MUNDIAL	AC
208311	POLÍTICA E G R U RECICLAVEIS	AC
185523	POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS	AC
132462	POLITICA ECONOMICA BRASILEIRA	AC
193771	POLÍTICA EDUCACIONAL 3	AC
208337	POLÍTICA GEST U C A PROTEGIDAS	AC
136484	POLÍTICA SOCIAL	AC
136824	POLÍTICA SOCIAL - EDUCAÇÃO	AC
202533	POLÍTICAS COM. SOC E CIDADANIA	AC
175838	POLÍTICAS P E F, E, S, E LAZER	AC
194239	POLITICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	AC
202444	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	AC
208809	POLITICAS PÚBLICAS DE TURISMO	AC
177351	POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE	AC
205737	POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE	DC
186210	PROGRAMACAO FISCAL FINANCEIRA	AC
124974	PSICOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES	DC
124028	PSICOLOGIA SOCIAL 1	DC
138916	QUESTÃO URB E RURAL NO BRASIL	DC
136794	QUESTÃO URBANA P HABITACIONAL	AC

196657	REGULAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	AC
200239	RESIRONDON 1	AC
170879	INTROD CIÊN SAÚDE	AC
206415	SEGURIDADE SOCIAL 1 PR SOCIAL	DC
136841	SEGURIDADE SOCIAL 2 - SAÚDE	DC
100455	SEGURIDADE SOCIAL 3 ASS SOCIAL	DC
130320	SOCIEDADE, CULT POL AMÉRICAS	DC
135143	SOCIEDADES COMPLEXAS	DC
191043	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	AC
134856	SOCIOLOGIA DO DESENV RURAL	DC
135631	SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	DC
134911	SOCIOLOGIA POLÍTICA	AC
113905	SOCIOLOGIA POLÍTICAS PÚBLICAS	AC
200913	SUSTENTABILIDADE ÉTICATURISMO	DC
132837	T ESP EM FINANCAS PUBLICAS	DC
119946	TECNOLOGIA SOCIAL E INOVAÇÃO	AC
198021	TEO DESENVOL SUSTENTÁVEL	AC
138550	TEO GEOGRAFICA DESENVOLVIMENTO	AC
190438	TEORIA DA CORRUPÇÃO	DC
187305	TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA	AC
137472	TEORIA DO CONHECIMENTO	DC
132926	TEORIA DO DESENV ECONOMICO	AC
184314	TEORIA GERAL DIR PRIVADO	AC
184101	TEORIA GERAL DIR PÚBLICO	AC
188298	TEORIA GERAL DO ESTADO	DC
185248	TEORIA POLÍTICA CLÁSSICA	AC
185060	TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	DC
134473	TEORIA SOCIOLÓGICA 1	DC
135461	TEORIAS SOL CONTEMPORÂNEAS 1	DC
134881	TEORIAS SOL CONTEMPORÂNEAS 2	DC
108383	TÓP CONTEMP GPP 1	AC
108391	TÓP CONTEMP GPP 2	AC
108405	TÓP CONTEMP GPP 3	AC
108413	TÓP CONTEMP GPP 4	AC
185132	TÓP ESP CIÊNCIA POLÍTICA 1	AC
185914	TÓP ESP CIÊNCIA POLÍTICA 2	AC
185922	TÓP ESP CIÊNCIA POLÍTICA 3	AC
194620	TÓP ESP EDUC DIVER CULTURAL	AC
187437	TÓP ESP EM CIÊNCIA POLÍTICA 4	DC
138541	TÓP ESP EM POLITICA SOCIAL	DC
202258	TÓPICOS CONT ADM P GEST SOCIAL	AC
134937	TÓPICOS ESP SOCIOLOGIA 1	DC
186554	TREINAMENTO, DESENV EDUCAÇÃO	DC

Criação	CONTROVÉRSIAS URBANAS	DC
Criação	DEMOCRACIA DIGITAL, GOVERNANÇA DA INTERNET E POLÍTICAS PÚBLICAS	DC
Criação	GESTÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA	DC
Criação	NOVAS INSTITUCIONALIDADES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	DC
Criação	PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	DC
Criação	POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	DC
Criação	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO TRABALHO E RENDA	DC
Criação	POLÍTICAS PÚBLICAS E (DES)ENVOLVIMENTO TERRITORIAL	DC
Criação	POLÍTICAS URBANAS	DC
Criação	TEORIAS MARXISTAS DO ESTADO	DC

ART. 4º - O estudante deve ser aprovado nas disciplinas listadas no Artigo anterior como Obrigatórias e tantas disciplinas Optativas e/ou de Módulo Livre (ML) e/ou de Atividades Complementares quantas sejam necessárias para integralizar o total de créditos referido no Art. 2º.

ART. 5º - O número máximo de créditos cursados em um semestre letivo não poderá ultrapassar a 28 (vinte e oito) créditos e o número mínimo previsto é de 12 (doze) créditos. E o limite de permanência no curso é de 8 semestres no mínimo e 16 no máximo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Estes limites não serão considerados quando as disciplinas pleiteadas forem às últimas necessárias à conclusão do curso.

ART. 6º - A Coordenação didática do curso cabe ao Colegiado do Departamento de Gestão de Políticas Públicas, vinculado à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE).

ANEXO 2 - REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) PARA O CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DO CONCEITO DO NÚCLEO ESTRUTURANTE DOCENTE

Art.1º - O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas, que possui atribuições acadêmicas de acompanhamento do curso, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização de seu projeto pedagógico.

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 2º - O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de 5 docentes pertencentes ao curso de Gestão de Políticas Públicas, com mandato de dois anos.

I – Devem ser definidos membros do corpo docente do curso que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso, com maior tempo de experiência como docente de instituições de ensino superior.

II – Ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;

III – Ter todos os membros em regime de trabalho em tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

IV - Um dos cinco membros do NDE deve ser necessariamente o coordenador de curso.

Art. 3º – O NDE deverá ser constituído a partir de Ato de nomeação dos membros do NDE pelo Chefe de Departamento, após aprovação em Reunião do Colegiado do Curso.

I – Os membros do NDE serão definidos em reunião de Colegiado de Curso, de acordo com o Art. 2º.

DOS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES

Art. 4º - O objetivo geral do NDE é acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e atualização contínua do projeto político-pedagógico do curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas.

Art. 5º - São atribuições do NDE:

I – Acompanhar a execução do projeto pedagógico do curso;

II – Avaliar periodicamente o projeto pedagógico;

III – Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

IV – Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

V – Zelar pela articulação e pertinência curricular da disciplinas ministradas por departamentos externos ao GPP;

VI – Indicar formas de incentivo do desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

VII – Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas, no contexto da construção do Campo de Públicas.

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E GESTÃO

Art. 6º - A gestão do NDE do curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas deve ter a seguinte estrutura:

a) Corpo docente definido

b) Coordenador

c) Secretaria

I – A coordenação do NDE deve ser atribuída ao Coordenador do Curso

II – A atribuição da secretaria ficará a cargo do coordenador do NDE

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º - São atribuições da Coordenação:

I – Representar o NDE nas instâncias internas e externas à UnB;

II – Convocar as reuniões do NDE;

III – Indicar o Secretário das reuniões.

Art. 8º - São atribuições da Secretaria:

I – Organizar os registros, a ata e os documentos do NDE;

II – Secretariar as reuniões do NDE.

Art. 9º - Cabe aos membros:

I - Executar as deliberações;

II - Elaborar, aprovar e divulgar o planejamento de trabalho anual;

III - Avaliar as demandas de inclusão de atividades ao planejamento anual do NDE, oriundas do Colegiado.

DA RENOVAÇÃO DO NDE

Art. 10º - A renovação do NDE será parcial, seguindo um mandato de dois anos.

I - A renovação da coordenação do NDE seguirá a renovação da coordenação do Curso;

II – Os demais membros terão mandatos de dois anos, sendo os mandatos alternados em 50%;

III – Para a primeira composição, será realizada uma exceção, atribuindo um mandato de três anos para dois membros, de modo a garantir a alternância subsequente;

IV - Os membros, preferencialmente, não podem ter mandato consecutivo, exceto o coordenador do NDE.

DO DESLIGAMENTO DOS MEMBROS

Art. 11º - Perder-se-á a condição de membro do NDE nas seguintes hipóteses:

I - Quando do pedido de desligamento, por escrito, voluntário e espontâneo por parte do próprio membro e dirigido ao Colegiado;

II - Deixar de participar das atividades do NDE, e se ausentar da participação de 3 (três) reuniões de trabalho consecutivas não justificadas.

Art. 12º – Admissão de novos membros do NDE após desligamento de algum de seus membros deverá respeitar as mesmas regras de ocupação geral do Art.2

I - É preferível que a escolha para suprir esta nova vacância se dê em até 60 dias da data do desligamento.

Art. 13º - O presente Regimento passa a vigorar a partir da data de sua aprovação, cabendo ao Chefe de Departamento dar publicidade ao mesmo.

ANEXO 3 - REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO PARA O CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente Regulamento estabelece normas gerais para a realização da disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório que, no Curso Gestão de Políticas Públicas (GPP), assume a nomenclatura de Residência em Políticas Públicas (RPP), sendo uma imersão acadêmica em pesquisa.

Art. 1º. A Residência em Políticas Públicas integra teoria e prática e visa proporcionar ao aluno do GPP um espaço de aprendizagem analítico-reflexiva a partir da realização de pesquisa avaliativa sobre os processos da gestão de políticas públicas, envolvendo a imersão do estudante em organizações públicas ou privadas sem fins lucrativos ou organismos internacionais.

Art. 2º. A Residência em Políticas Públicas tem como objetivo geral ampliar o conhecimento dos alunos do GPP sobre a gestão de políticas públicas nos seus vários aspectos e dimensões, a partir da realização de uma imersão acadêmica em pesquisa.

Art.3º. A Residência em Políticas Públicas tem como objetivos específicos:

I- Propiciar a compreensão de como ocorre a gestão de políticas públicas por meio da análise in loco de seus processos;
II- Ajudar na reflexão sobre as relações entre Estado e sociedade, a partir do estudo sobre a gestão de políticas públicas, ressaltando a importância do controle social dessas políticas;
III- Promover a compreensão de como é exercida a função de gestor público nas diversas organizações públicas ou privadas sem fins lucrativos ou organismos internacionais que atuam diretamente com políticas públicas;
IV- Propiciar o conhecimento sobre a relevância das políticas públicas para o atendimento das necessidades dos cidadãos.

Art. 4º. Residência em Políticas Públicas é uma disciplina obrigatória que tem como pré-requisito as disciplinas Metodologia de Pesquisa Aplicada à GPP e Projeto de Pesquisa em GPP, com cumprimento de 120 horas, que compreende 8 créditos.

Art. 5º. A Residência em Políticas Públicas é realizada da seguinte forma:

I- Imersão em organizações públicas ou privadas sem fins lucrativos ou organismos internacionais que atuam diretamente com políticas públicas;
II- Imersão em período de 10 a 12 semanas contínuas.

Parágrafo único. A imersão pode ser realizada no recesso acadêmico entre semestres. Tem como pré-requisito cursar a disciplina obrigatória Projeto de

Pesquisa em Gestão de Políticas Públicas, na qual devem ser elaborados e aprovados o projeto de pesquisa e o plano de trabalho para execução da RPP.

Art. 6º. São exigências para o cumprimento da disciplina pelo Departamento:

I- Designação de um professor responsável pela disciplina Residência em Políticas Públicas;
II- Designação de um técnico responsável pelo acompanhamento da imersão nas organizações, pela organização do seminário final e pelo envio dos relatórios para a Biblioteca Central da UnB e para as organizações escolhidas para a imersão;
III- Contato prévio do professor responsável pela disciplina ou do técnico do curso de GPP com as organizações escolhidas para a imersão;
IV- Designação de um professor orientador responsável pelo acompanhamento do aluno de RPP desde a elaboração do projeto de pesquisa ao relatório final e organização do Seminário final;

Art. 7º. As atividades previstas para a execução da Residência em Políticas Públicas são:

I- Elaboração e aprovação do Projeto de Pesquisa em Gestão de Políticas Públicas;
II- Elaboração e aprovação do Plano de Trabalho;
III- Ensino de técnicas de pesquisa de campo e etnográfica;
IV- Elaboração de diário de campo;
V- Elaboração de relatório da Residência em Políticas Públicas;
VI- Realização de Seminário final, com definição de um membro avaliador do corpo docente da Universidade de Brasília para o relatório da Residência em Políticas Públicas, além do professor orientador;
VII- Envio do relatório da Residência em Políticas Públicas à organização escolhida para a imersão.

Art. 8º. Os produtos a serem entregues pelos estudantes no âmbito da RPP são:

I- Relatório de Residência em Políticas Públicas, que consiste nos resultados da pesquisa avaliativa, com reflexão sobre a realidade observada e vivenciada pelo aluno, e proposta de intervenção, com proposições que possam vir a ser realizadas pela organização para melhor encaminhamento dos problemas enfrentados, para otimização de suas práticas ou para o aproveitamento de oportunidades;
II- Participação em seminário final, que busca compartilhar as experiências de Residência em Políticas Públicas entre os alunos.

Art. 9º. Situações não previstas neste regulamento serão analisadas e decididas pelo professor responsável pela disciplina e, caso necessário, pelo Colegiado do Departamento de Gestão de Políticas Públicas.

ANEXO 4 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação de Gestão de Políticas Públicas deve ser realizado na modalidade Monografia e é requisito indispensável para a conclusão do curso, tendo em vista a Resolução 01/2014 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, com respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais, em seus artigos 6º e 9º.

Art 2º. O TCC corresponde à produção de monografia que deve referir-se a temas e/ou problemas de gestão de políticas públicas, de modo a exprimir a capacidade discente de pesquisa, de utilização de métodos científicos e conceitos teóricos capazes de gerar análises significativas a respeito de questões contemporâneas do campo de públicas, contribuindo para o processo de produção de conhecimento científico do campo.

Art. 3º. São objetivos do TCC:

I. Desenvolver o espírito científico e o interesse pela pesquisa acadêmica referente à Gestão de Políticas Públicas;

II. Capacitar o estudante para coletar, analisar e discutir dados de pesquisa;

III. Estimular análise que relacione experiências, iniciativas e ações do campo de públicas aos conhecimentos teóricos adquiridos, possibilitando maior assimilação das disciplinas curriculares.

Art. 4º. A disciplina obrigatória “Projeto de Pesquisa em Gestão de Políticas Públicas” é pré-requisito para o curso da disciplina TCC.

Art. 5º. O TCC é realizado no âmbito de disciplina obrigatória homônima, localizada no oitavo semestre do fluxo curricular, com cumprimento de 120 horas, compreendendo 8 créditos.

Parágrafo único. O Departamento de Gestão de Políticas Públicas deve designar professor da disciplina de TCC e o professor orientador responsável pelo acompanhamento do estudante desde a elaboração do Projeto de Pesquisa até a entrega da Monografia deve ser de escolha do estudante, em concordância com o prof. da disciplina.

Art. 6o. O TCC é apresentado e defendido no âmbito de Banca de Defesa de Monografia em Gestão de Políticas Públicas, da qual fazem parte o professor orientador do trabalho e, ao menos, um membro examinador do corpo docente da Universidade de Brasília.

Art. 7º São atribuições do professor de TCC:

I. Apresentar Plano de Ensino contendo o cronograma da disciplina;
II. Apoiar a articulação entre estudantes e orientadores;

III. Disponibilizar Termos de Orientação a serem firmados por orientadores e estudantes;
IV. Mediar com orientadores, estudantes e secretaria de curso a organização e o agendamento das Bancas de Defesa de Monografia;
V. Registrar as menções aferidas na banca de defesa de monografia.

Art. 8º. É atribuição da Secretaria do GPP assessorar o professor da disciplina para eventuais avisos e processos referente às defesas de monografia e marcação das bancas.

Art. 9º. São atribuições dos estudantes:
I. Desenvolver a monografia a partir do Projeto de Pesquisa elaborado previamente;
II. Cumprir o cronograma da disciplina TCC, apresentado em Plano de Ensino;
III. Elaborar, apresentar e defender a Monografia.

Art. 10º. São atribuições dos orientadores:
I. Realizar encontros periódicos de orientação com os estudantes;
II. Definir professor examinador para participar da Banca de Defesa de Monografia;
III. Presidir a Banca de Defesa de Monografia;
IV. Atribuir nota à Monografia e sua apresentação;
V. Acompanhar eventual reformulação do texto, no caso de aprovação condicionada à reformulação;
VI. Acompanhar a entrega da versão final de monografia para a Biblioteca Universitária.

Art. 11º. O(s) professor(es) examinador(es) participante(s) da Banca de Defesa de Monografia deve(m) avaliar e atribuir nota ao TCC e à sua apresentação.

Art. 12º Situações não previstas neste regulamento serão analisadas e decididas pelo professor responsável pela disciplina e, em caso necessário, pela Coordenação Pedagógica do Curso de GPP.

Art. 13º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO 5 - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Regulamenta a disposição do projeto político pedagógico que prevê a integralização de créditos do curso de graduação em gestão de políticas públicas na modalidade de atividades complementares.

Art. 2º Para fins de integralização de créditos correspondentes, são atividades complementares os componentes curriculares que propiciam a aquisição de habilidades, conhecimentos e atitudes, seguindo o estabelecido nas diretrizes curriculares nacionais a que se submete o curso de graduação em gestão de políticas públicas.

§ 1º As referidas atividades devem possibilitar ao estudante reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão.

§ 2º São atividades complementares aquelas realizadas por estudante no curso de gestão de políticas públicas durante o período em que estiver matriculado no curso ou no curso de origem em caso de transferência ou mudança de opção.

Art. 3º São consideradas atividades complementares a participação em:

I Projeto de iniciação científica sob orientação de docente;

II Projeto de pesquisa, sob orientação de docente;

III Projeto ou atividade de extensão universitária com reconhecimento institucional;

IV Apresentação de trabalhos em eventos científicos relacionados a políticas públicas, gestão de políticas públicas ou áreas afins;

V Estágio, remunerado ou não, em atividades profissionais relacionadas a políticas públicas, gestão de políticas públicas ou áreas afins;

VI Atividade de consultoria em políticas públicas, gestão de políticas públicas ou áreas afins;

VII Autoria ou coautoria de publicação relacionada a políticas públicas, gestão de políticas públicas ou áreas afins em anais de eventos acadêmicos, periódicos, jornais, revistas ou blogs editados por entidades acadêmicas ou editoras de reconhecidas competência e qualidade;

VIII Evento de formação relacionado a políticas públicas, gestão de políticas públicas ou áreas afins, organizado por entidade acadêmica ou profissional de reconhecidas competência e qualidade;

IX Atividades de gestão em entidades estudantis, políticas, sociais ou culturais.

§ 1º As atividades previstas nos incisos VI e VII são colóquios, conferências, congressos, cursos, encontros de caráter científico, oficinas, palestras ou seminários.

§ 2º Atividades já registradas na UnB e cujos créditos já tenham sido ou venham a ser integralizados no histórico do estudante não serão objeto de consideração para fins de créditos relativos a atividades complementares.

Art. 4º Não são consideradas, para fins de integralização de créditos correspondentes, como complementares as atividades que integrem:

I Cursos de graduação ou de pós-graduação realizados em concomitância com o curso de gestão de políticas públicas; e

II Cursos preparatórios para concursos públicos ou seleções de natureza similar.

Art. 5º O máximo a ser integralizado como atividades complementares ao longo do curso é de 30 (trinta) créditos, sendo que cada crédito corresponde a 15 (quinze) horas-aula.

Art. 6º Às atividades relacionadas no artigo 2º serão atribuídos créditos conforme as regras de pontuação definidas para cada um dos grupos de atividades constantes do anexo I a este regulamento.

Art. 7º Os requerimentos de integralização de créditos decorrentes de atividades complementares deverão ser apresentados pelo estudante ao Departamento entre o primeiro dia de aulas e a data correspondente a 25% de realização do período de aulas divulgado no calendário universitário de graduação.

§ 1º O requerimento deverá ser apresentado por meio de formulário próprio, conforme modelo do anexo I a este regulamento.

§ 2º Caberá ao requerente classificar cada atividade nos grupos constantes do referido anexo I, cabendo-lhe, ainda, indicar as quantidades de créditos requeridas em cada grupo e a total.

§ 3º A comissão a que se refere o artigo 7º não reclassificará atividades eventualmente classificadas incorretamente pelo requerente.

§ 4º Aos pedidos deverão ser anexadas cópias dos documentos comprobatórios de cada uma das atividades relacionadas.

§ 5º O pedido deverá ser acompanhado de declaração, conforme o modelo do anexo I a este regulamento, firmada pelo requerente, atestando a autenticidade das cópias apresentadas e contendo o compromisso de que os mesmos estão sendo apresentados pela primeira e última vez com vistas à integralização de créditos por atividades complementares.

Art. 8º Os pedidos serão objeto de análise por comissão de 3 (três) docentes designados para este fim e que deliberará por maioria de votos.

§ 1º A comissão atuará durante um período letivo e terá um de seus membros substituído no período letivo seguinte.

§ 2º Da decisão da comissão caberá recurso ao Colegiado do Departamento, que poderá ser interposto em até 10 (dez) dias úteis a partir da ciência dada ao requerente.

§ 3º Nos casos que se enquadrem na previsão do parágrafo anterior, a Secretaria do Departamento enviará ao órgão competente na UnB solicitação de apropriação da quantidade de créditos concedidos somente após a apreciação do recurso.

Art. 9º Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado do Departamento de Gestão de Políticas Públicas.

Art. 10º Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação e revoga os regulamentos anteriores da mesma matéria.

ANEXO 6 - ANEXO AO REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Modelo de requerimento de integralização de créditos relativos a atividades complementares

Estudante (nome): _____

Matrícula:_____/_____

Folha n._____de_____.

Atividades	**Anexo núm.**	**Cálculo**	**Quantidade de créditos**	
			Solicitada	Concedida
Projeto de iniciação científica sob orientação de docente		4 créditos semestre		
Projeto de pesquisa, sob orientação de docente		4 créditos semestre		
Projeto ou atividade de extensão universitária com reconhecimento institucional		4 créditos semestre		
Apresentação de trabalhos em eventos científicos relacionados a políticas públicas, gestão de políticas públicas ou áreas afins		2 créditos por trabalho		
Estágio, remunerado ou não, em atividades profissionais relacionadas a políticas públicas, gestão de políticas públicas ou áreas afins		4 créditos por semestre		
Atividade de consultoria em políticas públicas, gestão de políticas públicas ou áreas afins		1 crédito para cada 15 horas		
Autoria ou coautoria de publicação relacionada a políticas públicas, gestão de políticas públicas ou áreas afins em anais de eventos acadêmicos, periódicos, jornais, revistas ou blogs editados por entidades acadêmicas ou		3 créditos por publicação		

editoras de reconhecidas competência e qualidade				
Evento de formação relacionado a políticas públicas, gestão de políticas públicas ou áreas afins organizado por entidade acadêmica ou profissional de reconhecidas competência e qualidade		1 crédito para cada 15 horas		
Atividades de gestão em entidades estudantis, políticas, sociais ou culturais		4 créditos por semestre		
		Totais		

Declaro, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 5º do regulamento de atividades complementares do GPP, que **são autênticas as cópias** apresentadas nesta data com vistas à integralização de créditos relativos a atividades complementares. Declaro, ainda, ser a primeira e última vez que tais documentos e atividades são objeto de pedido desta natureza.

Brasília,_____de_____de_____.